

BOLETIM BAOBÁ

ISSN 3085-8550

VOL. 1, Nº. 6 (MAIO DE 2025)

PROJETO BAOBÁ – PLATAFORMA MULTIDISCIPLINAR DE
ESCUA SOCIAL DIGITAL, COMBATE À DESINFORMAÇÃO E
PROMOÇÃO AOS DIREITOS DIFUSOS

D	E
1	1.21
1	1.34
1	1.49



...
...
...

...
...
...
...



EXPEDIENTE

Sobre o Boletim Baobá

O Boletim Baobá é uma produção do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) como resultado do projeto de pesquisa intitulado *Plataforma Multidisciplinar de Escuta Social Digital, Combate à Desinformação e Promoção aos Direitos Difusos*, que tem como financiador o Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD) do Ministério da Justiça.

O conteúdo apresentado no Boletim Baobá reúne as análises consolidadas em dois relatórios produzidos semanalmente. O primeiro, Relatório Semanal de Análise de Integridade da Informação sobre Políticas Públicas e Direitos Difusos (RADAR), que analisa a integridade de informação de políticas públicas e direitos difusos no ambiente digital orientado por dados. O segundo, Relatório Semanal (REDE) apresenta uma análise a partir de um tema específico dos eixos relacionados aos direitos difusos e coletivos.

Foco e Escopo

O escopo do Boletim Baobá enquadra-se na área da Ciência da Informação e áreas correlatas com a publicação de análises resultantes de achados científicos, ensaios e estudos de caso.

Corpo editorial

Editor chefe

Tiago Emmanuel Nunes Braga, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), Brasília, DF (acesse o [Currículo Lattes](#))

Editores

Graziela Barros Gomes, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), Brasília, DF (acesse o [Currículo Lattes](#))

Larissa de Araújo Alves, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), Brasília, DF (acesse o [Currículo Lattes](#))

Luís Felipe Rosa de Oliveira, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), Brasília, DF (acesse o [Currículo Lattes](#))

Tainá Batista de Assis, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), Brasília, DF (acesse o [Currículo Lattes](#))

Pesquisadores produtores do conteúdo

Relatório REDE

Ana Priscila Paiva de Farias Alves (acesse o [Currículo Lattes](#))

Camila Letícia Melo Furtado (acesse o [Currículo Lattes](#))

Carla Ferreira Soares (acesse o [Currículo Lattes](#))

Darlan Montenegro (acesse o [Currículo Lattes](#))

Marianne da Silva Rocha (acesse o [Currículo Lattes](#))

Miguel Papi (acesse o [Currículo Lattes](#))

Monique Figueira (acesse o [Currículo Lattes](#))

Raíssa Sales de Macedo (acesse o [Currículo Lattes](#))

Tamyres Ravache Alves de Marco (acesse o [Currículo Lattes](#))

Análise dos grupos focais

André Félix (acesse o [Currículo Lattes](#))

Carolina de Paula (acesse o [Currículo Lattes](#))

Francieli Manginelli (acesse o [Currículo Lattes](#))

João Feres Júnior (acesse o [Currículo Lattes](#))

Relatório RADAR

Ana Julia Bonzanini Bernardi (acesse o [Currículo Lattes](#))

Alexsander Dugno Chiodi (acesse o [Currículo Lattes](#))

Patrícia Dias dos Santos (acesse o [Currículo Lattes](#))

Paulo Roberto Elias de Souza (acesse o [Currículo Lattes](#))

Sistemas de Informação

Josir Cardoso Gomes, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), Brasília, DF (acesse o [Currículo Lattes](#))

Revisão linguística, normalização e diagramação

Cristiane Henrique, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), Brasília, DF (acesse o [Currículo Lattes](#))

Juliana Colem Rodrigues, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), Brasília, DF (acesse o [Currículo Lattes](#))

Mariana Alessandra Figueiredo da Silva, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), Brasília, DF (acesse o [Currículo Lattes](#))

Responsabilidade editorial

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict)

SAUS Quadra 5 Lote 6 Bloco H - Asa Sul

CEP: 70710-912 - Brasília - DF

E-mail: projetoabaoba@ibict.br

Periodicidade

Semanal

Conformidade com a Ciência Aberta

Este periódico incentiva fortemente a publicação dos dados que subsidiaram o desenvolvimento das análises, bem como o acesso aberto a todo o seu conteúdo.

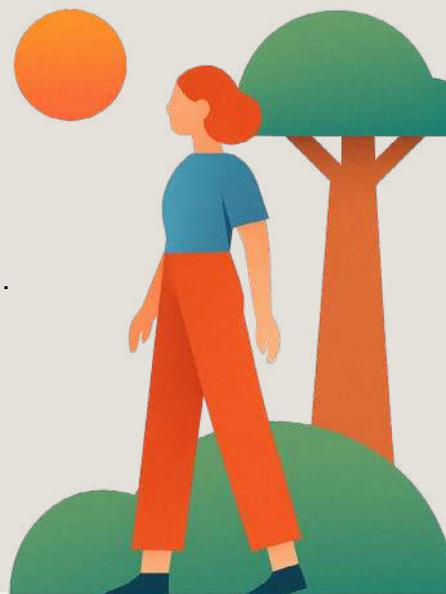
Direitos



Este periódico está licenciado sob a Licença Creative Commons 4.0 Internacional. .

Apresentação

O **Boletim Baobá** é um dos resultados do projeto **Plataforma Multidisciplinar de Escuta Social Digital, Combate à Desinformação e Promoção aos Direitos Difusos (PMESDI)**, coordenado e executado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), com apoio do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (FDD). O Boletim Baobá tem por objetivo central mapear, coletar e analisar informações que envolvem a desinformação, manipulação do debate público e disputas digitais, avaliando seu impacto sobre a agenda política e os direitos difusos no Brasil.



Publicado semanalmente, o Boletim apresenta dois relatórios conjugados:



REDE: Análise aprofundada de um tema relevante para o FDD, articulando a discussão digital com contextos de políticas públicas, vulnerabilidade social e promoção da cidadania.



RADAR: Relatório geral de análise do debate digital em múltiplas plataformas, identificando tendências, temas de destaque e principais narrativas em circulação sobre políticas públicas e direitos difusos.

A edição atual do Boletim apresenta análises e resultados referentes ao período de **25 de abril de 2025 até 02 de maio de 2025**.

A produção baseia-se em métodos quantitativos e qualitativos, como análise descritiva de dados, análise de redes e de conteúdo, garantindo a identificação de padrões, tendências e possíveis anomalias nas conversas digitais. A análise abrange temas como igualdade racial, proteção de grupos vulneráveis, combate à desinformação, políticas públicas e outros eixos centrais para a promoção de direitos coletivos.

Este Boletim busca fornecer, de maneira clara e acessível, insumos para gestores públicos, sociedade civil e pesquisadores, contribuindo para o fortalecimento das políticas públicas e para o enfrentamento dos desafios da desinformação e da promoção dos direitos difusos no país.

Sumário

APRESENTAÇÃO.....	04
INTRODUÇÃO.....	06
METODOLOGIA.....	06
EIXO 1 - REDE – Relatório Temático de Direitos Difusos no Ecosistema Digital.....	10
1. Resumo executivo.....	10
2. Panorama dos dados.....	11
3. Análise qualitativa do debate público digital.....	15
3.1. Rede YouTube.....	15
3.2. Rede Facebook.....	18
3.3. Rede Instagram.....	21
3.4. Rede X.....	22
4. Grupos focais.....	24
EIXO 2 - RADAR - Relatório Semanal de Análise de Integridade da Informação	
sobre Políticas Públicas.....	28
1. O que contém este relatório.....	28
2. Resumo metodológico.....	28
3. Resumo executivo.....	28
4. Análise e justificativa dos eixos selecionados.....	29
4.1. Tema 1: Igualdade racial.....	30
4.2. Tema 2: Políticas públicas.....	33
DADOS UTILIZADOS.....	39
GLOSSÁRIO.....	39

◇ INTRODUÇÃO

O cenário informacional brasileiro tem sido marcado por disputas digitais intensas, desinformação e narrativas que impactam diretamente a formulação e a implementação de políticas públicas e a promoção dos direitos difusos. Diante desse contexto, o Boletim Baobá surge como um instrumento semanal de análise e diagnóstico do debate público nas plataformas digitais, no âmbito do projeto Plataforma Multidisciplinar de Escuta Social Digital (PMESDI), realizado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) com apoio do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (FDD).

O Boletim é estruturado em dois relatórios complementares:

- **REDE – Relatório Temático de Direitos Difusos no Ecosistema Digital:** aprofunda a análise sobre um tema específico de relevância social, sempre relacionado aos objetivos do FDD. Na edição atual, o tema específico foi sobre o escândalo das fraudes no INSS, com base em 61.955 ocorrências coletadas e na análise qualitativa de 1.854 comentários. Cerca de 27,3% desses comentários apresentaram conteúdos problemáticos como desinformação, informações incorretas e discurso de ódio, revelando uma atmosfera de desconfiança generalizada nas instituições e forte polarização. A narrativa mais recorrente associa o caso ao Governo Federal, com forte apelo emocional e uso de estratégias sensacionalistas por influenciadores, canais alternativos e atores políticos.
- **RADAR – Relatório de Integridade da Informação:** apresenta uma análise ampla do debate digital sobre políticas públicas e direitos difusos. Na edição atual, os eixos com maior destaque foram Igualdade Racial e Políticas Públicas. Entre os temas identificados, destacam-se a repercussão da possível nova camisa vermelha da seleção brasileira de futebol, associada a tensões ideológicas, e a cobertura sobre a fraude no INSS, marcada por narrativas de culpabilização do Governo Federal, acusações de nepotismo e superdimensionamento dos valores desviados.

Por meio de técnicas de análise estatística descritiva, análise de redes e análise qualitativa de conteúdo, o Boletim identifica padrões, tendências e anomalias nas discussões digitais, evidenciando como determinadas narrativas se consolidam, se propagam e, muitas vezes, desinformam. A metodologia empregada garante rigor e diversidade, incluindo a seleção criteriosa de postagens, o mapeamento do engajamento e o exame detalhado de discursos de ódio, desinformação e estratégias retóricas.

Ao reunir dados, evidências e análises semanais, este Boletim busca subsidiar a tomada de decisões por parte do poder público, da sociedade civil e dos órgãos de defesa de direitos, fortalecendo o combate à desinformação, a proteção de grupos vulneráveis e a construção de políticas públicas mais informadas e eficazes.

◇ METODOLOGIA

A produção do Boletim Baobá adota uma abordagem multidisciplinar e integrada, combinando técnicas quantitativas e qualitativas para análise do debate digital sobre políticas públicas e direitos difusos em múltiplas plataformas. A metodologia foi estruturada com o objetivo de assegurar periodicidade regular, rigor analítico e utilidade prática para a identificação de riscos informacionais que afetam a formulação e a implementação de políticas públicas.

Ambos se baseiam em uma estrutura metodológica comum, composta por três etapas centrais: coleta de dados, processamento e análise.

A coleta é realizada de forma contínua, em plataformas digitais como conteúdo público de redes sociais e sites de notícia, por meio da ferramenta V-Tracker, que opera a partir de *queries* temáticas elaboradas com base nos eixos prioritários do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (FDD), como igualdade racial, proteção de grupos vulneráveis, políticas sociais e integridade institucional. O período de análise compreende sete dias consecutivos, da primeira semana considerada para análise do relatório, o que permite acompanhar variações relevantes no ciclo informacional semanal. Para este relatório, o período de coleta compreende o intervalo entre 25 de abril de 2025 às 09h até 02 de maio de 2025 às 08h59.

Após a coleta, os dados são organizados em grandes eixos temáticos e submetidos a tratamento estatístico descritivo, com foco na quantificação de menções, interações (curtidas, comentários, compartilhamentos, visualizações) e alcance estimado. Esse tratamento possibilita a identificação de padrões de engajamento, picos de atenção e recorrência de tópicos sensíveis no debate público digital.

Em complemento à análise quantitativa, realiza-se uma análise qualitativa de conteúdo, com foco nas publicações de maior visibilidade. Essa etapa permite examinar estratégias discursivas, retóricas de polarização, circulação de desinformação e manifestações de discurso de ódio. O processo é enriquecido pela realização de grupos focais presenciais, compostos por participantes de diferentes perfis sociais, com o objetivo de confrontar os dados digitais com percepções qualitativas sobre confiança institucional, percepção de risco e impacto simbólico das narrativas em circulação.

Dado que os dois relatórios que compõem o Boletim, RADAR e REDE, possuem escopos distintos, suas características metodológicas específicas são descritas abaixo.

◇ Metodologia do relatório REDE

► Características da coleta dos dados

Fonte de dados: A coleta dos dados foi realizada utilizando a ferramenta V-tracker. Essa ferramenta permite coletar o conteúdo textual das publicações de diversas plataformas digitais (redes sociais, sites de notícias, entre outros), bem como as métricas de interação relacionadas às publicações, além de outros dados de contextualização da publicação.

Tema do Fundo de Defesa de Direitos Difusos: Os temas acompanhados para este relatório foram: Proteção e inclusão de vulneráveis, e Patrimônio público e probidade administrativa. Para busca nas plataformas digitais, esses temas foram estruturados a partir de uma sentença de busca, que sistematiza termos relacionados ao tema para refinar a busca nas plataformas.

Escopo de Plataformas digitais acompanhadas: X, Facebook - Posts Públicos, YouTube - Vídeos, Instagram - Posts Públicos, Bluesky, Google News, Vimeo, e outros sites de notícias.

► Análise dos dados

Análise de Estatística Descritiva: a análise de estatística descritiva consiste em resumir e organizar os dados de maneira a torná-los mais compreensíveis. Seu principal objetivo é apresentar, por meio de medidas numéricas e representações gráficas, as características essenciais de um

conjunto de dados, permitindo a identificação de padrões, tendências e possíveis anomalias. Dessa forma, essa abordagem facilita a interpretação dos dados e serve como etapa preliminar para análises mais aprofundadas e para a tomada de decisões informadas.

Análise de Redes: a análise de redes investiga as relações e interconexões entre os elementos de um sistema, representando esses elementos como nós e suas conexões como arestas. Seu objetivo é mapear, visualizar e compreender a estrutura relacional subjacente, identificando padrões de conectividade, comunidades e a importância relativa de cada nó dentro da rede. Dessa forma, a análise de redes facilita a compreensão da dinâmica das relações, permitindo *insights* sobre a propagação de informações, e a influência entre os componentes.

Análise de Conteúdo: A análise qualitativa a seguir baseia-se na categorização manual de comentários extraídos de postagens com alto engajamento em quatro plataformas digitais (X, YouTube, Facebook e Instagram). As categorias utilizadas foram construídas a partir de referenciais consolidados sobre desinformação e discurso de ódio, em diálogo com as tipologias propostas por Claire Wardle e pelo relatório *Information Disorder* (Wardle & Derakhshan, 2017). Foram considerados como **desinformação** os comentários que apresentavam conteúdos comprovadamente falsos ou enganosos, estruturados de forma a parecer verdadeiros, com forte apelo emocional ou político. Já a **informação** incorreta abrangeu erros factuais, distorções ou simplificações não verificadas, mas que não demonstravam intenção clara de enganar. O **discurso de ódio** incluiu manifestações que atacam, estigmatizam ou desumanizam indivíduos ou grupos com base em identidades atribuídas, conforme Jeremy Waldron (2012). Comentários classificados como **neutros ou indefinidos** são aqueles que não apresentam elementos verificáveis de desinformação ou discurso de ódio, embora possam conter críticas generalizantes, indignação política ou desconfiança institucional.

◇ Metodologia do relatório RADAR

► Análise Narrativa

A análise das narrativas é realizada utilizando conjunto de dados de redes sociais fornecidos pela empresa V-Tracker. Os dados são organizados em eixos relacionados aos direitos difusos e às políticas públicas e filtrados por um período de uma semana, do horário das 9h da quinta-feira da semana anterior até as 9h da quinta-feira atual. Em seguida, as postagens de cada eixo são ordenadas de forma decrescente conforme a quantidade de interações e o nível de engajamento. As principais narrativas são identificadas com base na frequência de ocorrências relacionadas a cada tema, agrupando assuntos em torno de temas centrais ou narrativas complementares. Após essa identificação, as narrativas de maior relevância quantitativa são aprofundadas para compor o relatório semanal. Os temas foram selecionados conforme os seguintes critérios:

- Engajamento: nível de interações obtidas.
- Quantidade de postagens únicas: para abranger variedade de fontes.
- Pertinência ao tema em análise: afinidade do conteúdo com o assunto estudado.
- Data de publicação: inclusão apenas de postagens dentro do período definido.

► Materiais Utilizados

01. Fontes de Dados Primárias: Artigos de notícias, alertas, publicações em redes sociais (a partir das *queries*), relatórios de pesquisas e estudos (Alertas FDD, estudos sobre desinformação e relatórios).

02. Fontes de Dados Secundárias: Comentários e análises de especialistas, *blogs* e colunas de opinião, publicações acadêmicas.

► Métricas Utilizadas

01. Análise de Mídia:

Volume de Mídia: Quantidade total de artigos, postagens ou menções sobre a *query*.

Cobertura Temporal: Distribuição das menções ao longo do tempo.

Fontes e Autores: Identificação das fontes mais frequentes e influentes.

Tipo de Mídia: Classificação das fontes (notícias, *blogs*, redes sociais etc.).

02. Análise de Alcance e Engajamento:

Alcance: Número de pessoas expostas às menções (visualizações, impressões).

Interações ou Engajamento: Interações com o conteúdo (curtidas, compartilhamentos, comentários, visualizações).

Influência: Avaliação do impacto das fontes com base em seguidores e alcance médio.

03. Análise de Narrativas:

Temas e Tópicos Principais: Identificação dos principais temas abordados.

Enquadramento (*Framing*): Como os temas são apresentados (positivamente, negativamente, neutros).

► Verificação de conteúdo supostamente desinformativo:

Fontes: Agências de Checagem, Imprensa de Referência, Artigos Científicos e relatórios.

◇ EIXO 1 - REDE – Relatório Temático de Direitos Difusos no Ecosistema Digital

1. Resumo executivo

A presente edição, referente ao período de **25 de abril a 2 de maio de 2025**, foca no **debate público digital sobre as denúncias de fraudes na concessão de benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)**. O tema mobiliza o campo dos direitos difusos, com ênfase no **eixo da proteção e inclusão de vulneráveis**, uma vez que envolve populações que dependem da seguridade social como forma de amparo em situações de incapacidade, velhice ou exclusão econômica — como aposentados, pensionistas, pessoas com deficiência e trabalhadores informais.

No total, foram coletadas 61.955 ocorrências em 8 plataformas digitais. Para a análise qualitativa, foram selecionadas 40 publicações com alto engajamento — 10 de cada uma das 4 redes analisadas (X, YouTube, Facebook e Instagram) —, a partir das quais foram extraídos e examinados 1.854 comentários. Entre esses, 27,3% foram classificados como conteúdos problemáticos: 18,4% apresentaram desinformação, 4,5% informações incorretas e 4,3% discurso de ódio. Esses conteúdos comprometem, em diferentes graus, a integridade informacional do debate público ao disseminar afirmações falsas, distorcidas ou ofensivas.

Embora a maioria dos comentários (72,7%) tenha sido classificada como neutra ou indefinida, muitos deles expressam desconfiança nas instituições e ceticismo quanto à responsabilização dos envolvidos. Essa descrença se manifesta por meio de ironias, insinuações e julgamentos morais difusos, que dificultam o enfrentamento direto da desinformação ao operar em zonas ambíguas entre opinião, sarcasmo e especulação. O caso do INSS foi frequentemente usado como gatilho para reafirmações generalizadas sobre a corrupção no Brasil e o suposto fracasso das instituições em proteger os direitos dos mais vulneráveis.

As publicações mais engajadas foram impulsionadas por veículos jornalísticos, atores políticos, influenciadores digitais e canais alternativos de comunicação, com destaque para nomes como Caio Coppolla, Gustavo Gayer, Cleiton Basso, OiluzTV, Marcos Serrano e ANCAPSU. Esses atores operam diferentes estratégias discursivas — da crítica partidária à retórica religiosa e antissistêmica — e tendem a reforçar abordagens morais e polarizadas do debate, muitas vezes à margem da checagem jornalística.

Além da análise nas plataformas, foram realizados 5 grupos focais com 50 participantes de perfis sociais diversos. Os resultados reforçam os achados da análise digital ao evidenciar uma percepção generalizada de corrupção sistêmica, ineficácia institucional e impunidade. Em todos os grupos, houve forte indignação com as fraudes no INSS e descrença quanto à atuação dos órgãos públicos na fiscalização, prevenção e responsabilização dos envolvidos. Em alguns casos, os participantes atribuíram responsabilidade direta ao Governo Federal, com críticas intensas e ataques direcionados ao presidente Lula e seus apoiadores. Em outros, a ênfase recaiu mais sobre a continuidade histórica da corrupção e sobre a fragilidade das instituições de controle. Mesmo entre os que reconhecem a importância dos programas sociais, prevaleceu a percepção de que o sistema falha em proteger os mais vulneráveis, sendo frequentemente capturado por interesses ilícitos. O episódio contribuiu, assim, para ampliar o desgaste simbólico da política e a crise de confiança nas instituições, inclusive entre pessoas que não se alinham a posições ideológicas mais radicais.

2. Panorama dos dados

Esta seção apresenta um panorama inicial do debate público digital em torno das denúncias de fraudes no INSS, com base na análise descritiva e quantitativa das interações nas plataformas digitais, destacando os volumes de engajamento, os principais termos mobilizados e a distribuição temporal das publicações.

Ao longo dos 7 dias de análise, foram identificadas 61.955 ocorrências relacionadas ao tema, distribuídas em 8 plataformas digitais. Esse volume representa aproximadamente 1/3 de todas as menções ao eixo temático de políticas públicas no período, indicando que o debate sobre o INSS dominou a agenda digital associada a esse campo temático durante a semana analisada. Dentre as ocorrências, as 40 com maior volume de interações foram selecionadas para análise qualitativa aprofundada, juntamente com 1.854 comentários, que serão categorizados na próxima seção.

Abaixo, são apresentados os Gráficos e a síntese dos dados direcionada para a caracterização estatística e posterior análise qualitativa das publicações e comentários.

Desde a deflagração da Operação Sem Desconto, pela Polícia Federal (PF) e pela Controladoria-Geral da União (CGU), em 23 de abril de 2025, o volume de postagens sobre o tema cresceu progressivamente, atingindo seu pico em 30 de abril, data em que foi protocolado um pedido de abertura de CPI pela oposição ao Governo Federal.

Embora o principal evento que desencadeou o debate tenha ocorrido no dia 23, esse dia não faz parte da amostra analisada, que se inicia em 25 de abril. Assim, os dados aqui apresentados capturam a repercussão subsequente ao fato inicial, já em um momento de amplificação do debate. Nos dias seguintes ao pico, o tema continuou em circulação, mas com diminuição de volume.

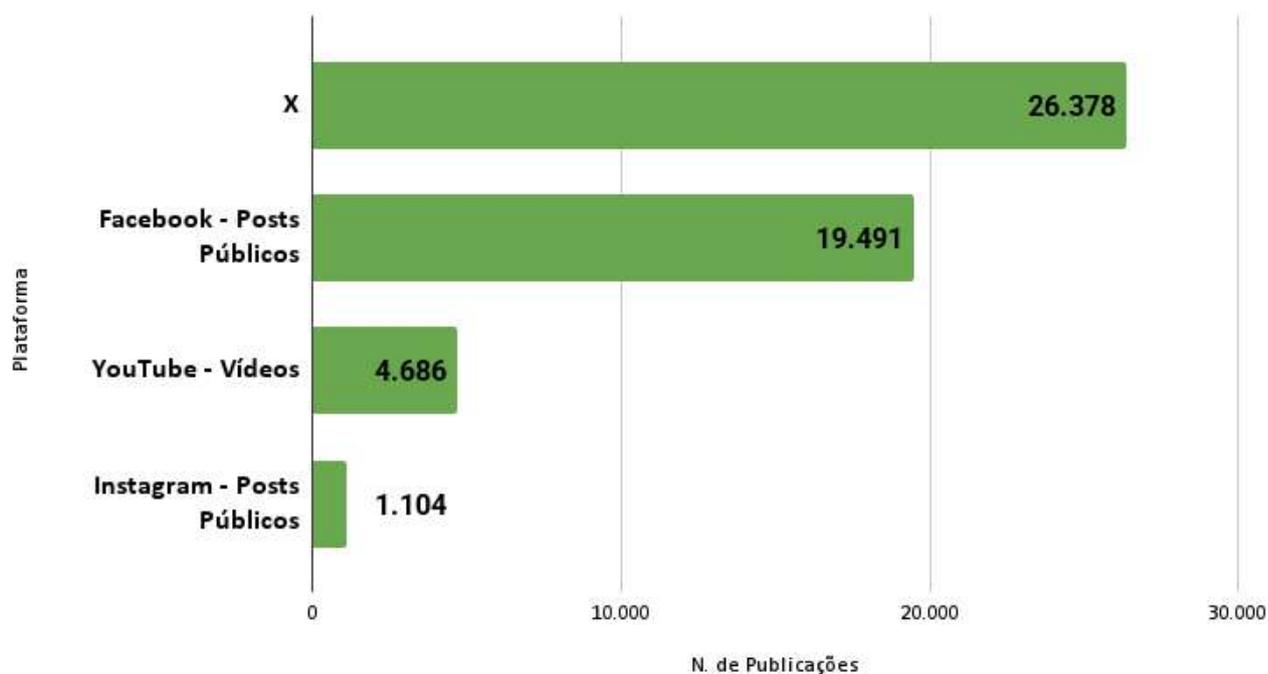
Gráfico 1. Número de publicações por dia



As publicações sobre o tema concentraram-se majoritariamente na rede X (26.378) e no Facebook (19.491), seguidas por YouTube e Instagram. Essa distribuição evidencia o peso das plataformas orientadas à opinião e ao compartilhamento viral no engajamento com pautas políticas.

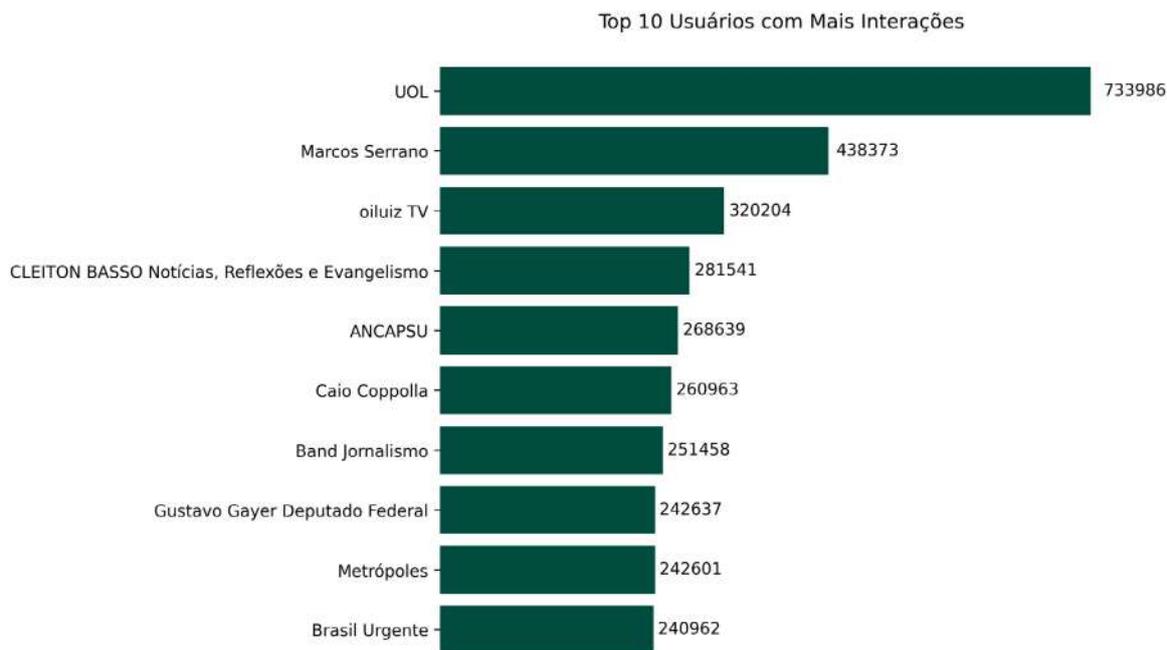
Gráfico 2. Quantidade de publicações por plataforma

Publicações por Plataforma



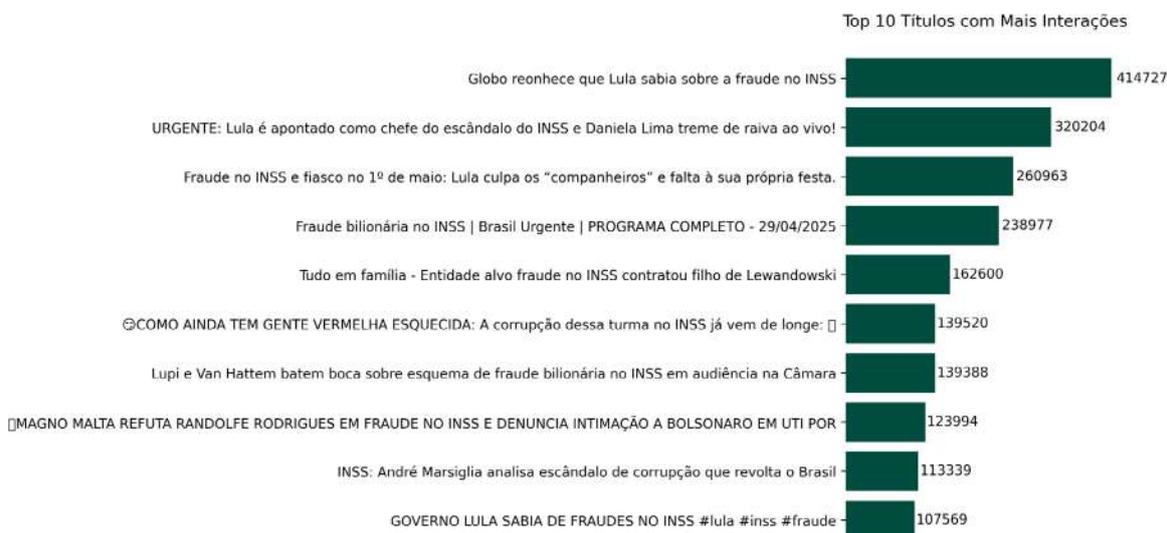
Entre os perfis com mais interações nas redes, destacam-se os veículos jornalísticos como UOL, Band e Metrôpol, ao lado de influenciadores e figuras públicas da direita, como o comentarista político Caio Coppolla e o deputado federal Gustavo Gayer. A presença de canais religiosos e alternativos — como CLEITON BASSO Notícias, OiluzTV, ANCAPSU e Marcos Serrano — mostra a atuação de produtores de conteúdo não jornalístico na amplificação de pautas políticas com forte carga moral e ideológica. Esses perfis frequentemente articulam valores religiosos, narrativas antissistêmicas e discursos antipolítica institucional, mobilizando afetos como indignação, medo e revolta. Essa combinação favorece a circulação de conteúdos simplificadores e polarizantes, que muitas vezes recorrem a enquadramentos binários de “bem versus mal”, especialmente em temas sensíveis como o uso de recursos públicos e o funcionamento de políticas sociais.

Gráfico 3. Top 10 usuários com mais interações



Os títulos com maior engajamento adotam tom sensacionalista, com acusações diretas ao presidente da república e membros do Governo Federal, frequentemente sem mediação jornalística. Essa dinâmica aponta para a centralidade de conteúdos com forte carga emocional, que incluem indícios de desinformação e discurso de ódio — aspectos desenvolvidos nas seções seguintes.

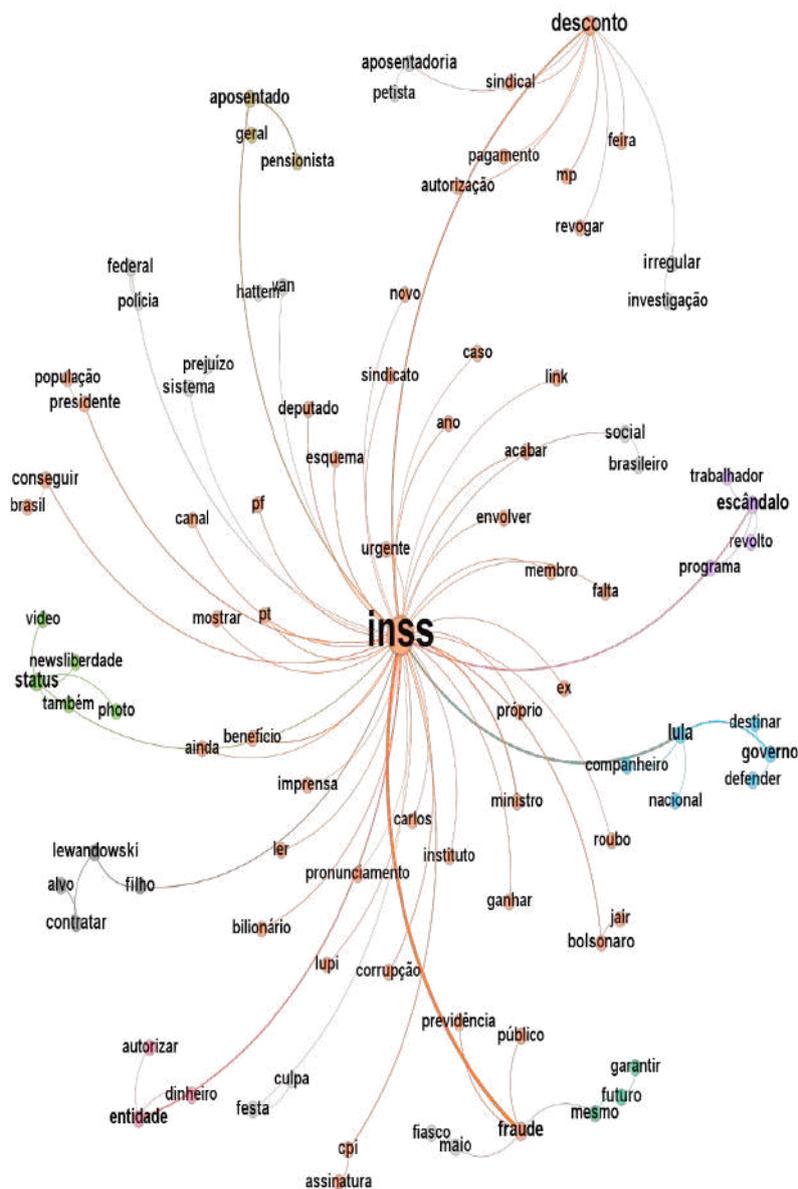
Gráfico 4. Top 10 Títulos com mais interações



Por fim, o Gráfico 5 abaixo apresenta uma rede de similitude semântica, construída a partir da ocorrência de palavras nas postagens sobre o escândalo no INSS. O termo “INSS” ocupa posição central na rede, conectando diferentes agrupamentos léxicos que expressam núcleos temáticos recorrentes no debate digital. O maior *cluster*, de caráter descritivo, reúne termos associados à denúncia em si, como “benefício”, “fraude” e “laudo”, refletindo a repercussão direta da operação.

Já os agrupamentos periféricos revelam distintas formas de apropriação discursiva do tema. Alguns mobilizam linguagem institucional, com termos como “CPI”, “assinatura” e “investigação”, enquanto outros expressam reações de indignação moral, utilizando vocabulário como “roubo”, “vergonha” e “bandido”. Também se observa a presença de termos que associam o caso a figuras políticas específicas e à disputa entre campos ideológicos, bem como referências aos beneficiários do sistema previdenciário, como “aposentado” e “trabalhador”. A rede evidencia, assim, como o debate se fragmenta em torno de diferentes registros e enquadramentos, que vão da responsabilização formal à erosão simbólica da confiança pública.

Gráfico 5. Rede de similitudes sobre o tema das fraudes no INSS



3. Análise qualitativa do debate público digital

A análise qualitativa a seguir baseia-se na categorização manual de 1.854 comentários extraídos de postagens com alto engajamento em 4 plataformas digitais (X, YouTube, Facebook e Instagram). As categorias utilizadas foram construídas a partir de referenciais consolidados sobre desinformação e discurso de ódio, em diálogo com as tipologias propostas por Claire Wardle e pelo relatório *Information Disorder* (Wardle & Derakhshan, 2017). Foram considerados como *desinformação* os comentários que apresentavam conteúdos comprovadamente falsos ou enganosos, estruturados de forma a parecer verdadeiros, com forte apelo emocional ou político. Já a *informação incorreta* abrangeu erros factuais, distorções ou simplificações não verificadas, mas que não demonstravam intenção clara de enganar. O *discurso de ódio* incluiu manifestações que atacam, estigmatizam ou desumanizam indivíduos ou grupos com base em identidades atribuídas, conforme os referenciais de Jeremy Waldron (2012). Comentários classificados como *neutros ou indefinidos* não apresentaram elementos verificáveis de desinformação ou discurso de ódio, embora pudessem conter críticas generalizadas, indignação política ou desconfiança institucional.

3.1. Rede YouTube

A presente seção apresenta a análise das publicações e comentários de maior alcance sobre o INSS na rede YouTube. Foram analisadas 10 publicações e 464 comentários, ao todo. O primeiro vídeo analisado é do *youtuber* Marcos Serrano, em seu canal. O vídeo é intitulado “Globo reconhece que Lula sabia sobre a fraude do INSS”. O vídeo tem duração de 17 segundos, com breve corte do Jornal Nacional e comentários sobrepostos. No recorte do jornal, os âncoras afirmam que atas de reuniões revelam que o Ministro Carlos Lupi havia sido alertado sobre denúncias de fraudes no INSS, mas demorou cerca de um ano para agir. Na chamada, não há menção ao presidente Lula. O *youtuber*, porém, afirma no começo do vídeo que a menção existe e encerra o vídeo ironizando que o presidente Lula deve algo à justiça.

A segunda publicação analisada é do canal do *youtuber* Luiz Galeazzo. É um vídeo de 20 minutos com a chamada “URGENTE: Lula é apontado como chefe do escândalo do INSS e Daniela Lima treme de raiva ao vivo!”. O vídeo começa com um verso humorístico que apresenta Lula como culpado da fraude do INSS e a jornalista Daniela Lima (jornalista da Globo News) como merecedora de chacota por supostamente tentar defender o Governo Federal e o presidente. No vídeo, há uma série de desinformações e informações incorretas, com falas do ex-ministro tiradas de contexto e afirmações de que o STF anularia qualquer acusação contra pessoas de esquerda. Também circula um corte de vídeo da deputada Camila Jara (PT-MS) afirmando que a responsabilidade pela fraude recairia sobre o ex-presidente Bolsonaro, por ela ter se iniciado em 2019. A declaração é respondida, no mesmo contexto, por uma aposentada que prestava depoimento e alegava que os descontos em seu benefício teriam começado apenas um ano antes. O *youtuber* chama a deputada de “comunista de Louis Vuitton” e afirma que ela teria tido “a coragem de ofender uma vítima da quadrilha petista”. Ele afirma que Lula é corrupto desde o primeiro governo, mas que esse seria o maior escândalo de corrupção desde então, e insinua que jornalistas estariam tentando culpar Carlos Lupi para impedir que a culpa recaia sobre o

presidente. Ele também diz que a jornalista Flávia Oliveira teria entrado por cotas na Globo News. Luiz encerra falando que Lupi foi colocado no Governo Federal para roubar, reafirma o conteúdo apresentado anteriormente, somado a um vídeo da jornalista Daniela Lima gritando, criado por Inteligência Artificial.

A terceira publicação é um vídeo do canal do jornalista Caio Coppolla, que contém um recorte de pouco menos de cinco minutos de sua inserção no jornal da CNN Brasil. A chamada do vídeo é “Fraude no INSS e fiasco no 1º de maio: Lula culpa os “companheiros” e falta à sua própria festa.”. No recorte, Coppolla aponta que o mérito da investigação que descobriu a fraude do INSS não seria do Governo Federal, mas do jornalista Luiz Vassallo, que teria denunciado o esquema em 2023 e que teria recebido resposta do CGU de que, a partir daí, se abriria um processo investigativo.

O quarto vídeo analisado é intitulado “Tudo em família – Entidade alvo de fraude no INSS contratou filho de Lewandowski” e está na rede do Deputado Federal Gustavo Gayer (PL-GO). No vídeo, o deputado destaca trechos de uma matéria do jornal Metrôpoles para imputar irregularidades ao ministro e seu filho. Por fim, o deputado afirma que este esquema “tem tudo para ser pior do que o mensalão”.

O quinto vídeo analisado está na rede de Odécio Carneiro. É um vídeo de 14 segundos, com a chamada “😏 COMO AINDA TEM GENTE VERMELHA ESQUECIDA: A corrupção dessa turma no INSS já vem de longe: ✨”. No conteúdo do vídeo, é reproduzida uma fala do governador Ronaldo Caiado (UNIÃO-GO), então senador, sob uma manchete com os dizeres “Vendo esse negócio do INSS só consigo lembrar do Caiado chamando a Gleisi de ‘assaltante de aposentado”.

A sexta publicação está na rede do jornal O Povo, sob a chamada “Lupi e Van Hattem batem boca sobre esquema de fraude bilionária no INSS em audiência na Câmara”. O vídeo tem cerca de dois minutos e meio. Nele, há um recorte da TV Câmara em que o ex-ministro Carlos Lupi afirma que se apresenta para a sua defesa de uma acusação injusta com a calma dos justos, porém com uma ira santa, ao que o Deputado Federal Marcel van Hattem (PL-RS) questiona se o então ministro o está ameaçando quando fala de “ira santa”, o ministro responde que seria “só ler a bíblia”. O deputado responde que é necessário “todo respeito que não foi dado” e afirma que o ministro cairia “para que Lula não encare mais esse desafio de ter o roubo dos aposentados em seu currículo além de tantas outras gatunagens”.

O sétimo vídeo pertence ao canal “Manchete Política do BR” e leva o título “🔴 MAGNO MALTA REFUTA RANDOLFE RODRIGUES EM FRAUDE NO INSS E DENUNCIA INTIMAÇÃO A BOLSONARO EM UTI POR”. O vídeo tem aproximadamente 19 minutos e tem um recorte da TV Senado com o senador Magno Malta (PL-ES). Em sua fala, quando Malta cita o senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), há um resgate de uma intervenção deste último, afirmando que as fraudes teriam começado em 2019 e a maior parte das instituições (11/10) existiam desde o governo anterior. Na sequência, volta para a fala de Magno Malta, que afirma que as fraudes iniciaram em 2016, no governo Dilma e que o principal beneficiado do esquema seria o irmão de Lula. O Deputado ainda insinua que a integridade física da primeira-dama do Peru estaria em risco e cita “Celso Daniel”, sugerindo participação petista no caso.

A oitava publicação é do canal da Revista Oeste, com aproximadamente 17 minutos de duração e sob chamada “INSS: André Marsiglia analisa escândalo de corrupção que revolta o Brasil”. O vídeo é um recorte do programa ao vivo “Oeste com elas”. No vídeo, a âncora afirma que há uma tentativa de bloquear os descontos que teriam começado desde 2018, mas cresceram a

partir de 2023. A âncora destaca uma fala do ex-ministro Carlos Lupi afirmando que sabia que havia descontos e que tentou fazer algo a respeito, mas que o tempo do Governo Federal não seria o tempo de uma empresa. Os jornalistas se revezam em fazer acusações contra Lula, por prevaricação. Uma das jornalistas afirma haver conflito de interesses, pelo fato do filho do ministro Ricardo Lewandowski ser também advogado e, de acordo com ela, interceder por instituições controladas pelo pai. Os jornalistas afirmam que a CPI é fundamental e reforçam a narrativa que vem sendo construída de que este é o maior esquema de corrupção dos últimos tempos (também estabelecendo comparação com o mensalão e o petrolão).

O nono vídeo é do canal DomB3. O título do vídeo é “GOVERNO LULA SABIA DE FRAUDES NO INSS #lula #inss #fraude”. São 22 segundos em que se sustenta que houve relatório apresentado ao Governo Federal há aproximadamente um ano, dando a entender que a informação teria sido entregue diretamente a Lula.

O último vídeo analisado é do canal ANCAPSU e leva o título “ESCÂNDALO do INSS é ABSURDO: MAS quem CAI PRIMEIRO? LUPI ou LULA?”. A publicação tem pouco mais de 15 minutos e traz a manchete do jornal O Povo que afirma “INSS: Lupi admite que sabia dos descontos irregulares e Lula é pressionado para afastar ministro”. Ao lado, há o comentário do *youtuber* do canal que afirma que o Governo Federal é corrupto e que Lula seria um “pinguço corrupto brasileiro” e que acabará todo mundo na cadeia, apesar de estarem “controlando o STF”. O *youtuber* chama o presidente de chefe de organização criminosa e diz que os ministérios seriam caixas para os políticos roubarem.

A maior parte dos comentários analisados, no conjunto dos posts, 342 comentários (ou 73,7%) pode ser considerado “Neutro/Ambivalente/Indefinido”, apesar de muitos serem hostis ao Governo Federal, à política e ao presidente. Por exemplo: “Essa política já está fazendo mal à saúde” e “Faz o L de Lesados...”.

Há um número relativamente significativo (62 comentários, ou 13,36%) de manifestações contendo “Desinformação”, em diálogo e consonância com o conteúdo apresentado nos vídeos, como: “o chefão é o lula e Xandão!”, “Se os dados do INSS são vulneráveis, imagina das urnas”, “O AMOR VENCEU E AGORA ROUBAR É DEMOCRÁTICO ENQUANTO PROTESTAR É UM CRIME COM PENA DE 14 ANOS DE PRISÃO”. Nota-se ainda que alguns desses canais ensinam conteúdos de investimento e há desinformação nos comentários também neste sentido, a exemplo de: “Acumulei um total de 890 mil hoje. Estou verdadeiramente grato por todo o conhecimento e informação que você me deu nas últimas semanas. Comecei com 55 mil há 2 meses”.

Verificou-se um total de 46 comentários (ou 9,9%) apresentando “Informação Incorreta”, como, por exemplo: “vocês sabiam e passaram pano. Agora é tarde, são os principais culpados.” (sobre jornalistas em geral) ou “É melhor fechar o congresso, a roubalheira está sem limites e os deputados e senadores não fazem nada. Ou o Legislativo representa o povo dando um basta nisso ou não serão expurgados da política”.

Um total de 14 comentários (ou 3,01%) apresentou manifestações de “Discurso de Ódio”, como: “Não vai ter anistia pro Xandeco, pra Leitoa, pra nenhum golpista... nem pra Kadella Lima” (sobre a jornalista Daniela Lima e outras figuras), “Isso aí que aparece [Lupi] no vídeo, é ministro tem “algos de errados”, não é ministro, não tem cara de ministro, aliás, e nunca será, mas...”, com teor racista em relação ao ex-ministro Carlos Lupi.

Por fim, conclui-se que os principais vídeos analisados sobre o INSS na rede YouTube possuem caráter desinformativo, informações incorretas e alguns deles discurso de ódio. Nesse sentido, há muitos comentários neutros, mas estes comentários reafirmam e absorvem o conteúdo desinformativo apresentado. Os vídeos têm ainda potencial de gerar mais desinformação, que é o que aconteceu em porcentagem significativa dos comentários.

3.2. Rede Facebook

Na presente seção foram analisadas dez postagens publicadas na plataforma Facebook, que abordam o escândalo das fraudes no INSS, totalizando 546 comentários. As dez postagens analisadas foram publicadas por diferentes perfis e canais de caráter noticioso ou opinativo.

As quatro primeiras, oriundas das páginas de Copolla, Gazeta do Povo, News Atual e UOL Notícias, são atravessadas por um mesmo eixo retórico: a tentativa de enquadrar a fraude no INSS como responsabilidade direta do Governo Federal.

No caso do *post* do comentarista Caio Copolla, o vídeo veiculado pela CNN é editado para enfatizar a acusação de negligência e conivência do Governo Federal, ao passo que exalta a conduta do ex-presidente Jair Bolsonaro, supostamente atento e combativo diante de qualquer irregularidade. Já o *post* da Gazeta do Povo enfatiza o pronunciamento do presidente Lula sobre o escândalo, servindo de estopim para um grande número de comentários violentos e ofensivos contra sua figura. A publicação do News Atual explora o parentesco entre o ministro Ricardo Lewandowski e seu filho, Enrique Lewandowski. Enrique é apresentado por esta publicação como suspeito por advogar para entidades envolvidas em fraudes do INSS, preservando acordos que permitiriam descontos indevidos em aposentadorias, enquanto seu pai, ao ocupar um cargo central no Governo Federal, que supervisiona órgãos como, por exemplo, a Polícia Federal, poderia gerar interferência e/ou favorecimento nas investigações. O *post* do UOL associa o caso a um doador da campanha de Bolsonaro, mobilizando um enquadramento que pode envolver diferentes espectros políticos.

As seis postagens restantes, todas da página Mais Sudeste, apresentam maior sofisticação estética na difusão de mensagens sensacionalistas e especulativas. Com uso recorrente de letras maiúsculas, imagens de impacto, legendas provocativas e enquadramentos polarizados, as peças visam engajar o público a partir da indignação moral, da suspeita generalizada e da oposição a figuras do chamado campo progressista. Um dos *posts* traz uma montagem com parlamentares que votaram contra a MP 871, imputando-lhes responsabilidade pela manutenção de fraudes. Outro insinua que uma mulher investigada por fraudes viajou a Dubai, Paris e Lisboa às custas do dinheiro “dos velinhos”. Outras peças associam o presidente Lula à revolta de milhões de aposentados, defendem uma CPI como solução moralizante, exploram o envolvimento do filho de Lewandowski e dramatizam o prejuízo a trabalhadores rurais e indígenas.

As postagens do Mais Sudeste funcionam, assim, como peças de propaganda digital que operam por contaminação retórica, pois, ao associar personagens, imagens, gestos e enquadramentos negativos em uma sequência de publicações, criam um universo simbólico em

que a responsabilidade pela fraude é atribuída a um campo ideológico bem definido, mesmo sem apresentação de evidências. Essas postagens têm o poder de ativar percepções generalizadas de corrupção, elitismo e traição, contribuindo para a erosão da confiança nas instituições e alimentando o ciclo da desinformação.

Publicação da página “Mais Sudeste”, do dia 29 de abril.



VIAJANDO COM DINHEIRO DOS VELHINHOS

CBN

Dubai, Paris e Lisboa: investigada por fraude no INSS fez 33 viagens em 2024

Apontada como presidente de fachada de diversas entidades que se beneficiaram dos descontos ilegais dos aposentados do INSS, Cecília Rodrigues Mota fez 33 viagens em 2024 para destinos como Dubai, Paris e Lisboa.

Publicação da página “Mais Sudeste”, do dia 29 de abril.

Dentre os 546 comentários analisados, observou-se uma **preponderância significativa da categoria “Neutro/Ambivalente/Indefinido”, (362 comentários ou 66,3%)**. Dentre esses, foi registrado um padrão discursivo diverso, mas muitas vezes caracterizado por xingamentos genéricos, expressões de raiva ou desapontamento e julgamentos morais pouco definidos. Comentários como “A mesma gangue de sempre. Contra o Brasil” ou “Político é tudo igual, não tem jeito” exemplificam como esses comentários não são necessariamente falsos nem claramente direcionados, mas integram um pano de fundo de deslegitimação generalizada da política institucional. Outros exemplos que corroboram essa zona cinzenta são: “Pilantra mentiroso!” e “O pior é que tem quem acredita nele. Triste...”.

A categoria “Desinformação” (142 comentários ou 26,0%) foi atribuída a comentários que difundem informações comprovadamente falsas, manipuladas ou altamente especulativas com intencionalidade política. Exemplo disso é o comentário: “Esse dinheiro foi pra campanha do Lula, todo mundo sabe disso!”. Também se enquadram nessa categoria exemplos como: “Lula aprovou isso aí. Ele é o chefe dessa quadrilha.” ou ainda “Tá bem fresquinho na memória quando o ministro Barroso determinou que o presidente está lá se a CPI agora é a veia e André Mendonça dá uma caneta mandar instalar CPI”.

A categoria “Discurso de ódio” (34 comentários ou 6,2%) foi reservada para comentários que atacam a dignidade de sujeitos com base em pertencimento a grupos sociais específicos. Comentários como “Nine safado, ladrão dos velhos” ou “Respeito é bom e nós gostamos. Fora monstro de nove dedos que faliu e está vendendo o Brasil”, ou ainda, “Em 2026 ele ganha dinovo muitos dos eleitores de lula são como mulheres maltratada morre mas não separa”, demonstram esse tipo de agressão. A ofensa baseada em deficiência (“Nine”) e a desqualificação de mulheres ou nordestinos como grupo social são indícios de uma comunicação hostil, excludente e que incita a rejeição de setores da sociedade.

A categoria “Informação incorreta” (8 comentários ou 1,5%) foi aplicada a comentários que reproduzem dados confusos, interpretações equivocadas ou simplificações exageradas, mas sem configuração deliberada de desinformação. Um exemplo é: “Aposentado não tem mais direito a nada, só descontam do benefício deles agora”. Outros exemplos incluem: “Se compramos RESPIRADORES em loja de vinho, nada mais me surpreende nesse país” e “E os petistas firmes e fortes querendo condenar Bolsonaro e prender com penas exorbitantes puxadores com batom. Já os 6 contos roubados do inss”.

A análise qualitativa dos comentários em postagens sobre o escândalo de fraudes no INSS revelou um quadro discursivo marcado por difusão de desinformação, expressões de ódio político e estigmatização de grupos sociais, mas também por um volume expressivo de comentários classificados como “Neutro/Ambivalente/Indefinido”. Esta última categoria, embora muitas vezes negligenciada em abordagens mais tradicionais, se mostrou relevante para a compreensão do ambiente desinformativo nas redes sociais.

Verifica-se que o fenômeno da desinformação não se restringe aos conteúdos comprovadamente falsos ou aos ataques explícitos, mas se estrutura também a partir de uma ambiência retórica em que a desconfiança, o cinismo e o niilismo político circulam como norma, contaminando a esfera pública, diluindo os critérios de responsabilização.

3.3. Rede Instagram

Foram analisados 10 *posts* com grande repercussão e 544 comentários do Instagram. A maior parte dos *posts* apresenta críticas às ações do governo, em alguns casos se valendo de informações incorretas ou falsas a respeito do tema, além de estimular o discurso de ódio a partir de ataques generalizados e acusações de corrupção.

Post 1: Carla Zambelli e Gilberto Silva compartilham um vídeo da Jovem Pan News, no qual um apresentador afirma que o INSS e os sindicatos se unem para retomar os descontos indevidos. A narrativa deriva da afirmação do INSS sobre o ressarcimento do dinheiro aos beneficiários prejudicados, que deveria ser feito pelos sindicatos responsáveis pelo rombo.

Post 2: Romeu Zema se posiciona em relação à responsabilização do esquema de fraude no INSS, afirmando que os aposentados foram “roubados pelo PT”. A fraude teve início entre 2019 e 2022, mas se agravou, e isso abre margem para dualidades de narrativas.

Post 3: O vídeo do senador Magno Malta exemplifica uma estratégia recorrente na desinformação: o uso de títulos ou legendas enganosas (neste caso, citando o INSS) para atrair visualizações, enquanto o conteúdo desloca o foco para outro assunto — aqui, a crítica ao ministro Alexandre de Moraes (chamado por Malta de “o dono do Brasil”) e a defesa do ex-deputado Daniel Silveira, preso por defender pautas antidemocráticas. Para Malta, o ministro violou o artigo 53 da Constituição sobre imunidade parlamentar, dispositivo que garante a inviolabilidade de deputados e senadores por suas opiniões. O senador ainda evoca um suposto “avanço do sistema comunista”.

Post 4: Em vídeo repostado por Luiz Bacci, o apresentador Ratinho aborda a fraude no INSS com um tom emocional e agressivo contra o Governo Federal. O apresentador chama os políticos genericamente de “ladrões”, “safados”, “canalhas”, “vagabundos”, “malditos”. Esses termos constroem um “inimigo”, indigno de diálogo, alimentando a intolerância e a polarização social. Ratinho afirma: “Enquanto não devolverem o dinheiro, se eu puder não vou pagar mais imposto, vou sonegar tudo. Não adianta pagar, vocês roubam”. Enquanto isso, a legenda do vídeo expressa preocupação com a desinformação. Bacci se intitula o jornalista mais seguido da internet brasileira, com mais de 3 bilhões de visualizações.

Post 5: Carla Zambelli reproduz entrevista do então Ministro Lupi afirmando que ele sabia dos esquemas de cobrança ilegal há mais de um ano. Acusa Lula de ser responsável pelo problema e reafirma a informação falsa do envolvimento do irmão do presidente no escândalo.

Post 6: Gustavo Gayer sugere bloqueio de repasses públicos a entidades envolvidas.

Post 7: A Gazeta do Povo afirma que a medida provisória (MP) 871/2019 impediria a cobrança indevida no INSS e foi barrada pelo Congresso. A MP, no entanto, legislava sobre fraudes na concessão do benefício buscando cortar gastos do Governo Federal com a previdência. Nada falava sobre a cobrança para entidades representativas.

Post 8: Thiago Resiste apresenta notícias do envolvimento do ex-diretor do INSS, ligado ao ex-presidente Bolsonaro, no esquema de cobrança ilegal e aponta para o financiamento de campanha do próprio ex-presidente. A polarização tende a reduzir o amplo espectro político a apenas dois lados, que tendem a acusar o outro lado de participar de esquemas ilícitos.

Post 9: O influenciador sobre investimentos Bruno Perini se posicionou negativamente em relação ao pedido do PSOL para que fosse liberado crédito extraordinário no ressarcimento dos descontos aos aposentados. A narrativa advém da fala da deputada do PSOL Fernanda Melchionna, que alega que, enquanto os culpados não são punidos, os prejudicados devem receber seu dinheiro de volta e o crédito extraordinário se aplicaria por ser uma situação de emergência.

Post 10: O perfil FirminoCortada faz um “react” sobre um vídeo de uma discussão na Câmara dos Deputados a respeito da questão do INSS, onde uma senhora não identificada discute com a deputada do MS, Camila Jara. No vídeo, o autor chama a deputada de “Tábata Amaral do Pantanal” e afirma que ela é uma “comunista de grife”.

Na contagem total dos *posts*, os 544 comentários se distribuíram da seguinte forma:

- **Desinformação: 93 comentários (17,1%)**

Exemplos: “O STF vai liberar todos os envolvidos”; Milhões, Bilhões saindo do bolso do povo para beneficiar os seus familiares e comparsas cumpañeros.

- **Informação Incorreta: 24 comentários (4,4%)**

Exemplo: “Eu lembro que na época do Bolsonaro foi um único período em que o trabalhador não vinha descontados os sindicatos nos holerites. Aí Lula ganhou e começou esses descontos de sindicatos de trabalhadores. Maior frescura para tirar”.

- **Discurso de Ódio: 15 comentários (2,8%)**

Exemplo: “NA VERDADE A CATERVA DO RATÃO PHODE PERMANECER ROUBANDO DE TUDO ATÉ TERMINAR O MANDATO DO RATÃO IX”.

- **Neutro/Indefinido/Ambivalente: 412 comentários (75,7%)**

Exemplo: “Essa conversinha não vai dá nada”.

3.4. Rede X

Foram analisadas 10 postagens na rede X, selecionadas em função de sua ampla repercussão, e 300 comentários, distribuídos por todas elas. Foi detectada uma forte presença de manifestações extremas de desconfiança em relação às instituições de Estado do Brasil e aos políticos em geral. Essa desconfiança pode ser observada nas postagens e nos comentários.

Três *posts* vieram de contas oficiais de deputados federais. Dois deles noticiam que o número de assinaturas para a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a fraude no INSS foi atingido. O terceiro responsabiliza o Governo Federal pela fraude, caracterizada como tratamento desumano, e afirma que os mais atingidos por ela foram os idosos da Região Nordeste.

Um *post* do portal “Metrópoles” noticia que uma das entidades investigadas pela PF contratou, como advogado, o filho do ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski (o *post* contém a chamada e o *link* para a reportagem completa). Outro *post*, da conta pessoal de uma jornalista ligada ao site Poder360, apoiando-se na reportagem do “Metrópoles”, refere-se a Lewandowski como “Ministro e Secretário de Injustiça” e insinua que a contratação de seu filho é expressão de

favorecimento.

Três postagens são do perfil “Space Liberdade”. Um deles noticia que o deputado Sóstenes Cavalcante anunciou que a oposição conseguiu o número de assinaturas para a criação da CPI do INSS. Outro traz a chamada “Deputado Marcel Van Hattem expõe o caso da dona Ezimar que teve dinheiro roubado de sua aposentadoria!” e contém um vídeo em que Dona Ezimar denuncia os descontos irregulares em sua aposentadoria. O último, sob a chamada “Coppolla diz que o fiasco deste 1º de maio mostra a impopularidade de Lula e serve para falar da fraude no INSS”, contém um vídeo, retirado do programa “O Grande Debate”, da CNN, em que Caio Coppola afirma que “não foi o governo que tomou a iniciativa de investigar essa fraude”.

Um post é da ex-jogadora de vôlei Ana Paula Henkel. Ela afirma que ouviu uma referência à “Polêmica do INSS”, num “programa de TV da velha imprensa (mas pode chamar de assessoria de imprensa do PT/STF)” e questiona por que ela não se refere ao tema como “MAIS UM ESCÂNDALO, MAIS UM ESQUEMA DE ROUBO E FRAUDE DO GOVERNO DO PT.” e faz referência a um suposto “retorno das malas de dinheiro”, fazendo referência a supostos escândalos de corrupção do passado.

O último post é do perfil Freu Rodrigues. A usuária postou um vídeo da Globonews, em que é noticiada uma afirmação da Polícia Federal de que o “golpe no INSS era evitável”. Ela pergunta: “E sobre o sindicato que o irmão de Lula é vice-presidente a PF alertou também?”

Na análise dos comentários às postagens, a grande maioria foi classificada como “neutra/indefinido/ambivalente” (232 comentários ou 77,3%). É importante ressaltar que uma parcela bastante significativa dos comentários desse grupo expressa desconfiança em relação às instituições políticas.

Um exemplo frequente foi o uso da expressão “Isso vai dar em pizza” por escrito ou através de GIFs.

Foram classificados como “Desinformação” 142 comentários (26,0%) do total. Aqui, a ocorrência mais frequente foi a acusação sem provas (de crime ou falta de ética) contra membros do Governo Federal e do Judiciário ou de instituições e empresas públicas.

Exemplos: “As malas suspeitas de Lula A Veja revela que Lula, em 3 de junho, embarcou para Roma com 12 malas”; “Know-how tem de sobra, que as imagens apagadas propositalmente pelo ministro Flávio Dino, não conseguiram recuperar ou se quer saber o que aconteceu.”

A classificação de “Discurso de Ódio” foi atribuída a 34 comentários (6,2%). Ocorreram manifestações frequentes de xenofobia contra nordestinos, além de capacitismo, dirigido a Lula (“o 9 dedos”).

Exemplo: “NORDESTE está colhendo o que Plantou!!...2026 é logo ali,vota de Novo no LULA!...e o pior é que mesmo sendo roubados VOTAM NO LULA...é Caso Perdido!...nao adianta!”

O código “Informação Incorreta” foi conferido a 8 comentários (1,5%).

Exemplo: “Tem que acabar com a estabilidade do servidor público. Muitos após passarem em concursos, só esperam o tempo passar para poderem se aposentar com uma renda gorda, mas passam anos de serviço mal prestado e com muita má vontade.

Esse é o retrato do funcionalismo do INSS.”

4. Grupos focais

No dia 05 de maio de 2025, foram realizados 5 grupos focais com 50 participantes, organizados de modo a combinar variáveis como sexo, idade, etnia, renda, escolaridade, região de moradia e religião em proporções similares às da população brasileira. Os grupos se distinguem pela posição declarada sobre a democracia:

G1 – Defendem formas autoritárias de governo.

G2 – Preferem um regime mais oligárquico.

G3 – São indiferentes à democracia.

G4 – Preferem a democracia, mas reconhecem seus defeitos.

G5 – Defendem a democracia como o melhor regime.

A pergunta comum aos cinco grupos foi:

Na semana passada, veio à tona um esquema de fraude no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). As investigações indicam que servidores do próprio INSS, advogados e intermediários criaram ou liberaram benefícios de forma ilegal, causando um prejuízo que pode chegar a bilhões de reais aos cofres públicos.

O assunto se espalhou rapidamente pela imprensa e pelas redes sociais. Além das fraudes, há debate sobre qual órgão público deve investigar, impedir e corrigir problemas como esse.

Na opinião de vocês, como os órgãos públicos agem quando surgem fraudes em programas sociais? Isso muda de alguma forma a maneira como vocês veem a garantia de direitos no Brasil?

Síntese dos resultados

G1 | Os participantes expressaram a ideia de que os órgãos públicos eram omissos e aparelhados politicamente, responsabilizando diretamente o Governo Federal atual e seus apoiadores pela corrupção, com discursos fortemente ideológicos e revoltados.

G2 | Predominou a percepção de impunidade e de uma corrupção sistêmica. Embora alguns tenham feito críticas ao Governo Federal, a principal preocupação foi com a recorrência das fraudes e o impacto sobre os aposentados.

G3 | Os relatos refletiram a visão de um sistema público corrompido e ineficaz, em que fraudes eram encobertas e os mais vulneráveis ficavam desamparados. Houve críticas tanto à estrutura estatal quanto, em menor grau, ao Governo Federal atual.

G4 | A corrupção foi vista como um problema antigo e enraizado nas instituições. Os participantes demonstraram descrença na efetividade das leis e pessimismo quanto à possibilidade de punição dos responsáveis.

G5 | Os participantes valorizaram a função social dos programas, mas criticaram a ausência de controle e fiscalização. Nenhum participante recorreu a ataques políticos diretos. Alguns propuseram a adoção de triagens mais rigorosas nos benefícios.

Considerações Gerais

De modo geral, todos os participantes evidenciaram um sentimento de indignação com os fatos, retomando narrativas sobre o Brasil ser um país de corruptos. Houve também descrença generalizada quanto à atuação dos órgãos responsáveis pela fiscalização e investigação das fraudes, que são percebidos como ineficazes, omissos ou coniventes. E por fim, houve consenso

nos cinco grupos de que, mesmo com as investigações em andamento, dificilmente haveria punição proporcional aos crimes, e que os verdadeiros responsáveis provavelmente sairiam impunes.

Desconfiança política e responsabilização direta do Governo Federal

As falas dos grupos 1 e 2 revelaram uma visão generalizada de desconfiança em relação à atuação dos órgãos públicos diante de fraudes em programas sociais. Houve uma percepção recorrente de que esses órgãos agem com leniência, omissão ou parcialidade, contribuindo para a repetição dos desvios ao longo do tempo. Muitos participantes expressaram descrença na recuperação dos valores desviados e dúvida quanto à existência de mecanismos de fiscalização eficazes e imparciais.

A diferenciação desses grupos veio no apontamento dos responsáveis. De modo mais intenso, entre os participantes do grupo 1 e mais sutil entre os do grupo 2, o atual Governo Federal foi responsabilizado pelo ocorrido.

Os ataques direcionados ao Governo Federal e a seus apoiadores, no grupo 1, foram numerosos, intensos e marcados por um forte viés ideológico. O Governo Federal atual foi amplamente retratado como corrupto, incompetente e conivente com esquemas de desvio de recursos públicos, especialmente por sua associação a escândalos passados. A retórica predominante construiu uma imagem de um “desgoverno”, que não apenas falha em coibir fraudes, mas que deliberadamente as acoberta ou mesmo delas participa. A esquerda política, de modo geral, foi retratada como inimiga do povo, com afirmações de que estaria interessada em manter a população em estado de vulnerabilidade para benefício próprio. Os apoiadores do Governo Federal também foram alvo de críticas contundentes, muitas vezes com linguagem ofensiva e desqualificadora. Foram chamados de “idiotas úteis”, “zumbis” e acusados de cegueira ideológica, ignorância ou conivência com a corrupção.

Algumas falas mencionaram o presidente Lula, e o envolvimento de pessoas próximas a ele, como o irmão, em esquemas suspeitos, com o compartilhamento de um vídeo do influenciador Ancapsu sobre o tema.

No grupo 2 algumas falas atribuíram responsabilidade diretamente ao Governo Federal, mencionando o presidente Lula, associando-o a escândalos e sugerindo conivência com irregularidades. Essas críticas, embora incisivas em alguns momentos, conviveram com um tom mais reflexivo ou resignado de parte dos depoimentos, que enfatizaram a continuidade histórica da corrupção no país ou a ineficácia dos órgãos de controle em qualquer governo.

“É difícil saber qual órgão deve investigar fraudes no governo federal com o aparelhamento político em todas as esferas com o PT no poder, é uma sensação de que nada vai ser investigado, ninguém será punido e tudo vai ser esquecido e vamos continuar sendo roubados. O povo não tem noção da roubalheira, parece que roubar dinheiro público é natural, ninguém reclama e se indigna, com tudo que vem acontecendo lotam Copacabana pra ver um show, mas não saem de casa pra pedir justiça e o fim da corrupção. E esses debates é um enxugar gelo perda de tempo não dá em nada. Quem estava roubando o INSS também é beneficiário do Bolsa Família, a ganância dos ladrões de cofre público é nojento, essa gente não tem coração e nem limites. Não vejo garantia de direitos no Brasil, porque no governo comunista ninguém tem direito a nada e quanto pior melhor para eles roubarem.” (G1, 55 anos, gerente de serviços elétricos, RJ).

“Eu acredito que já não exista mais um órgão que não esteja comprometido com o partido das trevas. Estamos assistindo a barbaridades acontecerem diante dos nossos olhos como esse

roubo aos aposentados e pensionistas, e o pior, de mão atadas, isso porque todos os órgãos parecem estar ligados a esse governo podre.” (G1, 45 anos, padeiro, PB).

“O que esperar de um governo igual ao PT. Eles sempre foram corruptos. Só apenas voltaram à cena do crime. Espero que nas próximas eleições nosso país seja governado por pessoas melhores e que realmente trabalhem para o crescimento de nosso país. Acredito que a PF e os órgãos competentes devem investigar e punir os envolvidos.”(G1, 38 anos, assistente administrativo, AM).

Corrupção contínua e Instituições falidas

As falas dos demais grupos evidenciaram um sentimento de indignação generalizada e descrença na capacidade do Estado de garantir justiça e proteção aos cidadãos diante de fraudes em programas sociais. Muitos participantes apontaram que os desvios ligados ao INSS são apenas mais um exemplo de um padrão antigo e recorrente de corrupção enraizada nas instituições públicas brasileiras. O sentimento de impotência foi comum, especialmente ao se referirem às dificuldades enfrentadas por aposentados e idosos, que seriam os mais atingidos por esse tipo de fraude. As leis foram percebidas como ineficazes e a atuação dos órgãos públicos como lenta e omissa, contribuindo para a perpetuação das práticas ilícitas.

Quanto aos ataques ao Governo Federal, eles apareceram de forma pontual e mais moderada nos grupos 3 e 4. A crítica principal se dirigiu à estrutura governamental como um todo — descrita como corrupta, ineficiente e indiferente ao sofrimento da população —, sem necessariamente focar em partidos ou figuras específicas. A maioria das falas denunciou a corrupção como um problema crônico e sistêmico, que atravessa diferentes gestões, sugerindo uma visão de desilusão com o Estado de forma ampla, mais do que uma oposição ideológica direcionada. Ainda assim, a omissão do Governo Federal atual diante das fraudes foi apontada como uma falha grave, especialmente pela demora em agir e em proteger os direitos básicos dos mais vulneráveis.

“Os órgãos públicos agem muito mal, tentam empurrar para um e para outro e sempre arranjam um laranja pra levar a culpa. Sim, isso faz com que eu perca completamente a confiança na minha garantia de direitos no Brasil... Milhares de pessoas foram prejudicadas com essa fraude, pessoas que realmente precisavam do dinheiro para sobreviver! Muitas delas são humildes e sem estudos, não fazem nem ideia de como tentar brigar para reaver tudo o que deixaram de receber. E sabemos que nada de sério vai acontecer com quem encheu os bolsos com dinheiro alheio.” (G3, 37 anos, médica veterinária, PR).

“Para mim o governo hoje de forma geral de maneira extremamente omissa quanto a suspeitas de desvios e demora muito a agir para investigar desvios. Esse desvio só demonstra que a corrupção está intrínseca no governo e que o Governo Federal deveria ser muito mais austero na investigação de descontos em aposentadorias e na concessão de benefícios sociais como Bolsa Família.” (G4, 44 anos, funcionário público estadual, PR).

“Em primeiro lugar, isso não muda nada a forma como eu enxergo programas sociais no Brasil. Eles continuam sendo necessários, e muitas vezes, a única oportunidade que uma pessoa mais carente tem de mudar de vida e conseguir ter uma condição mais digna de moradia e social. Acontece que a cultura da corrupção é muito forte no Brasil, lembro da época da Covid que colegas meus, com uma ótima condição social entraram no programa e retiravam os benefícios na Caixa. Claro que tem que existir um controle maior para a prevenção de fraudes, mas também urge a necessidade de que as próprias pessoas tomem consciência e parem de cometer tais atos

ilícitos!” (G5, 33 anos, tradutor, SP).

Considerações finais

As falas revelaram um forte sentimento de descrença nas instituições públicas, especialmente quanto à sua capacidade de fiscalizar, coibir e punir fraudes em programas sociais. A percepção de impunidade foi quase unânime, acompanhada por críticas à lentidão, omissão e falta de rigor dos órgãos responsáveis. Mesmo entre aqueles que reconheceram a importância dos programas sociais, houve o entendimento de que o sistema falha em proteger os mais vulneráveis, sendo facilmente capturado por interesses ilícitos.

Além da crítica institucional, o tema foi politizado de maneira desigual entre os grupos. Entre os grupos 1 e 2, houve a responsabilização direta do presidente Lula e do Governo Federal, marcada por ataques duros, uso de termos ofensivos e narrativas que ligavam o caso atual a escândalos passados associados à esquerda. Nos demais grupos, embora críticas ao Governo Federal atual também tenham surgido, elas apareceram de forma mais pontual e diluída, com maior ênfase na corrupção como um problema sistêmico e histórico. Ainda assim, o impacto político recaiu sobre Lula, o que indica que a fraude no INSS contribuiu para ampliar o desgaste da imagem do Governo Federal, mesmo entre eleitores que não fazem parte da base mais radical da oposição.

◇ EIXO 2 - RADAR - Relatório Semanal de Análise de Integridade da Informação sobre Políticas Públicas

1. O que contém este relatório

Este relatório contém uma análise da integridade de informação de políticas públicas e direitos difusos no ambiente digital, coletado a partir da ferramenta V-tracker orientado por termos centrais dentro dos seguintes eixos de busca: 'Acessibilidade e Inclusão PCD', 'Adicção Digital', 'Políticas Públicas', 'Igualdade Racial', 'Proteção e Inclusão de Vulneráveis', 'Patrimônio Público e Probidade Administrativa', 'Direito das Crianças e Adolescentes', 'Igualdade de Gênero', 'Trabalhadores em Plataformas Digitais', 'Combate à Violência contra a Mulher'. As definições conceituais podem ser lidas no Glossário, ao final do relatório.

2. Resumo metodológico

Para construção do relatório os dados são organizados em eixos e filtrados por um período de sete dias. Em seguida, as postagens de cada eixo são ordenadas de forma decrescente conforme a quantidade de interações e o nível de engajamento. As principais narrativas são identificadas com base na frequência de ocorrências relacionadas a cada um dos eixos de busca, agrupando assuntos em torno de temas centrais ou narrativas complementares. Após essa identificação, as narrativas de maior relevância quantitativa são aprofundadas para compor o relatório semanal. Os temas foram selecionados conforme os seguintes critérios:

- a) Engajamento – volume de interações registradas;
- b) Quantidade de postagens únicas – para garantir diversidade de fontes; e
- c) Pertinência ao tema – alinhamento do conteúdo com o escopo da análise.

3. Resumo executivo

Durante o período analisado, os eixos com maior destaque nas redes sociais foram **Igualdade Racial e Políticas Públicas**, com volume expressivo de menções e interações.

No **eixo de Igualdade Racial**, o principal evento foi a repercussão da possível nova segunda camisa da seleção masculina de futebol, que seria vermelha. Outro evento que gerou repercussão foi a confusão generalizada entre jogadores de futebol das equipes sub-20 de Londrina e Paraná, após a acusação de um jogador do primeiro, contra um do segundo, por ofensas racistas.

Já o **eixo de Políticas Públicas** concentrou debates sobre a **Fraude no INSS**, explorada em três eixos principais:

Culpabilização do Governo Federal, em que vídeos e *posts* **indicam** que o escândalo foi idealizado ou acobertado pelo presidente, por aliados diretos (Carlos Lupi, ministros, familiares) ou pelo PT;

“Tudo em família” e nepotismo: associação da fraude a parentes de figuras públicas (irmão do presidente, filho do ministro da justiça Lewandowski), sugerindo favorecimento;

Superdimensionamento dos valores.

Além desses temas centrais, outros eixos apresentaram dinâmicas relevantes:

Os eixos **Proteção e Inclusão de Vulneráveis** e **Direitos das Crianças e Adolescentes** apresentaram grande aumento com a proibição do Conselho Tutelar das pregações em igrejas do “pastor mirim”.

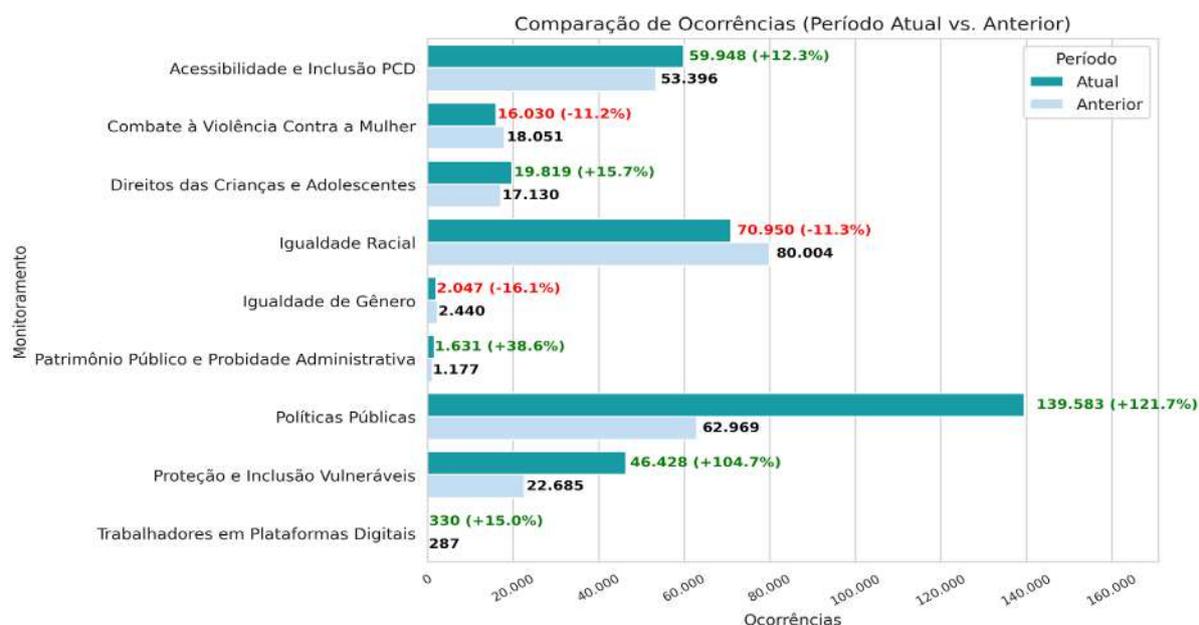
Acessibilidade e Inclusão PCD e **Combate à Violência Contra a Mulher** apresentaram aumento com termos não relacionados.

4. Análise e justificativa dos eixos selecionados

O relatório desta semana analisa os temas mais relevantes identificados pelo acompanhamento das redes sociais: Políticas Públicas (cerca de 139 mil menções) e Igualdade Racial (cerca de 80 mil menções). Além disso, nessa própria seção destacamos demais temas que sofreram variação no período.

O Gráfico 1 mostra a variação na quantidade de ocorrências únicas e por segmento do acompanhamento, entre o período atual (25/04 a 02/05) e a semana anterior (18/04 a 25/04). Assim, como nas semanas anteriores, os segmentos ‘políticas públicas’ e ‘proteção e inclusão de vulneráveis’ foram os que acumularam maior volume de ocorrências, sendo melhor detalhados nos subcapítulos a seguir.

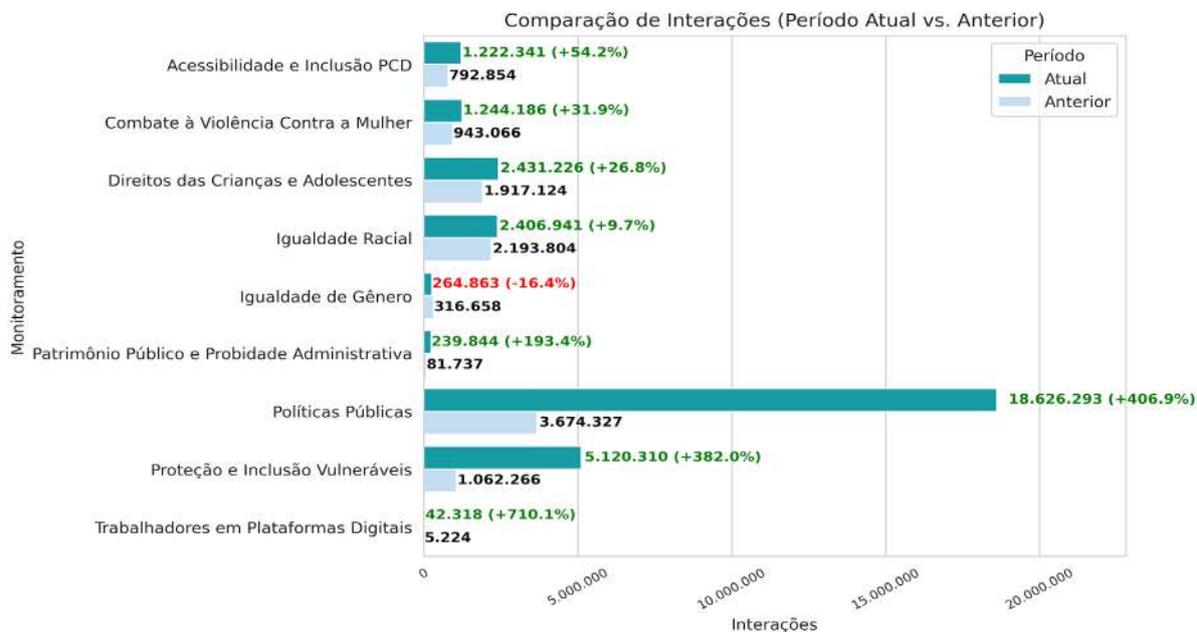
Gráfico 1: Variação de Ocorrências entre a semana corrente e o período anterior



Nesta semana, foi registrado um maior volume de ocorrências na maior parte dos segmentos da análise, com destaque para Políticas Públicas (aumento de 121%) e Proteção e Inclusão de Vulneráveis (aumento de 104%). Por outro lado, Combate à Violência Contra a Mulher (redução de 11%), Igualdade Racial (redução de 11%) foram os segmentos que tiveram as maiores reduções de volume de ocorrências, resultado dos volumes elevados do período anterior.

O Gráfico 2 mostra a variação da quantidade de interações desse período em comparação com a semana anterior, por segmento. Observa-se um aumento de interações generalizadas, com foco nos segmentos de Políticas Públicas (406%) e Proteção e Inclusão de Vulneráveis (382%).

Gráfico 2: Variação de Interações entre a semana corrente e o período anterior

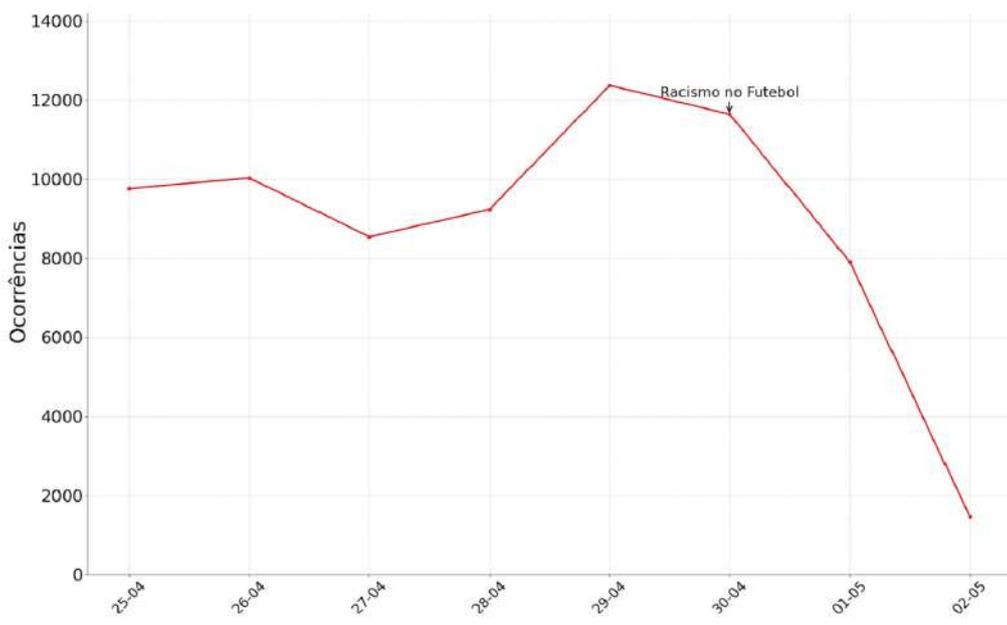


Os eixos Proteção e Inclusão de Vulneráveis e Direitos das Crianças e Adolescentes apresentaram grande debate, com aumento de 382% nas interações após o dia 28/04, quando o Conselho Tutelar determinou que Miguel Oliveira, de 15 anos e conhecido como “pastor mirim”, interrompesse por tempo indeterminado suas pregações em igrejas e se afastasse das redes sociais após receber ameaças decorrentes de declarações polêmicas em cultos evangélicos ([link 1](#), [link 2](#), [link 3](#), [link 4](#), [Poder 360](#), [Terra](#)). A medida incluiu a obrigatoriedade de Miguel abandonar o ensino a distância e retornar às aulas presenciais para preservar seu bem-estar e rotina escolar. Nos meses anteriores, ele viralizou ao rasgar exames médicos de uma fiel durante um culto, declarando “Eu rasgo o câncer, eu filtro o seu sangue e eu curo a leucemia”, o que intensificou as preocupações sobre a influência de seu ministério precoce e o risco à sua integridade emocional.

4.1. Tema 1: Igualdade racial

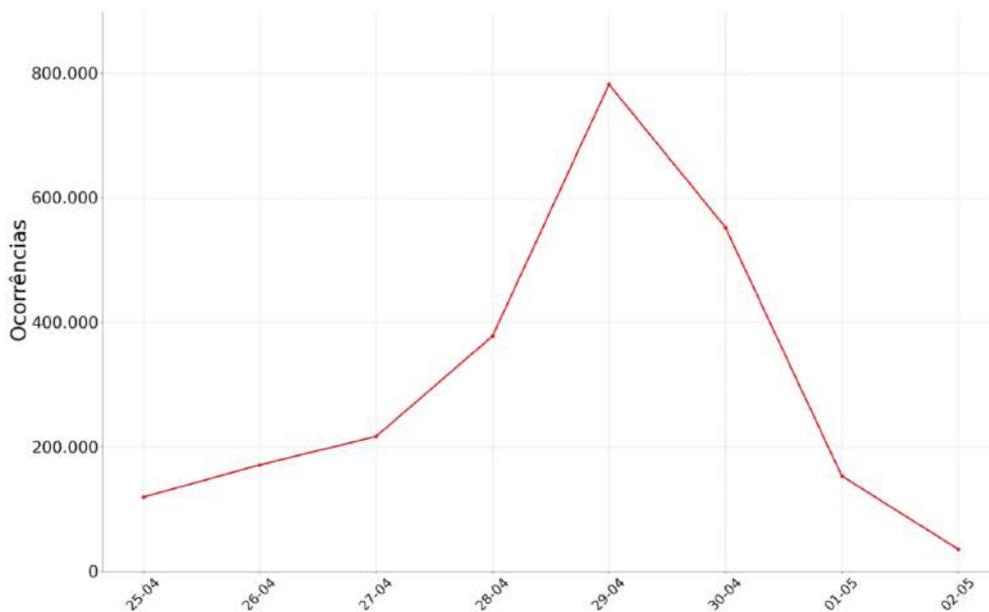
O Gráfico 3 apresenta a média de ocorrências no segmento de ‘Igualdade racial’ com destaque para os picos dos principais temas da semana entre os dias 29/04 (gerado por um evento não relacionado à temática de direitos difusos) e 30/04 sobre a confusão generalizada entre jogadores sub-20, que teria sido causada por uma ofensa racista proferida por um jogador do Paraná Clube contra um jogador do Londrina.

Gráfico 3: Pico de ocorrências no segmento de 'Igualdade Racial'



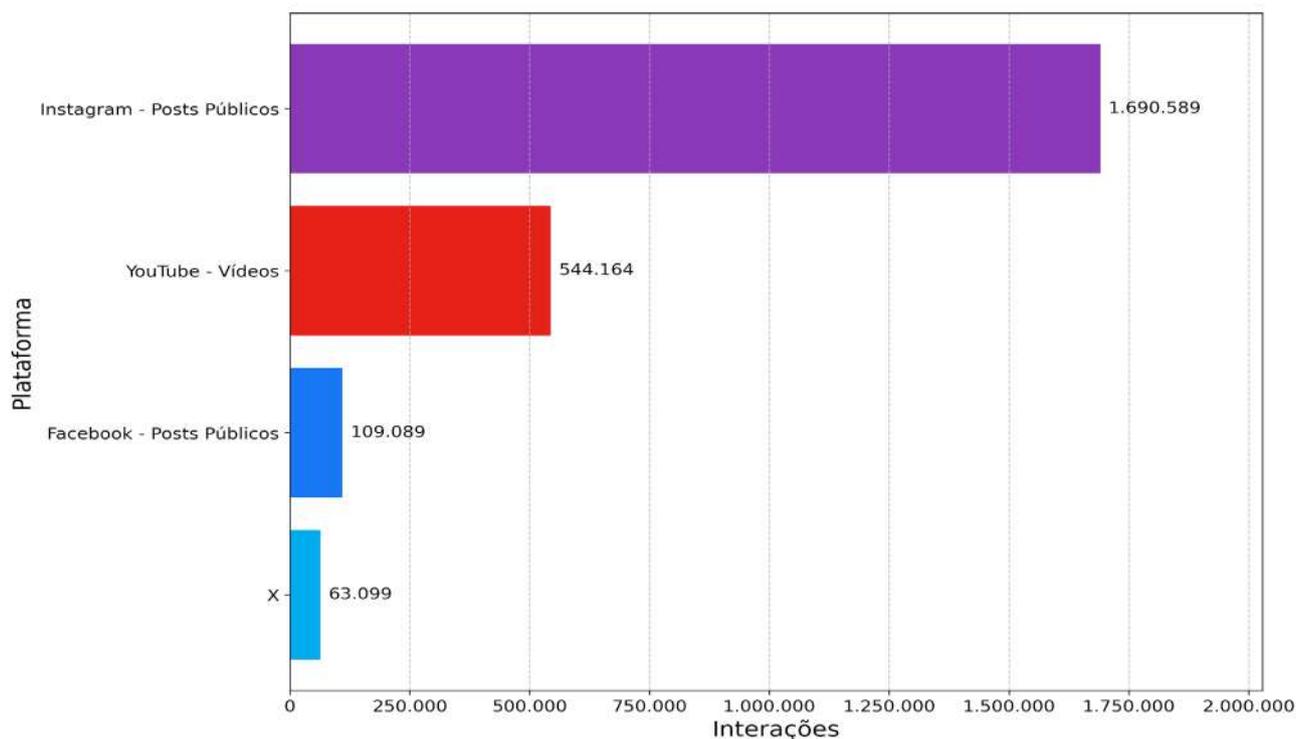
O Gráfico 4 apresenta a média de interações no segmento de 'Igualdade racial', com destaque para o pico de 29/04, e um pico menor no dia 30/04, relacionado aos temas da ofensa racista na partida sub-20 no Paraná.

Gráfico 4: Pico de interações no segmento de 'Igualdade Racial'



O Gráfico 5 mostra o volume de interações em diferentes plataformas sobre o tema 'Igualdade Racial'. A rede social Instagram apresenta a maior quantidade de interações, com quase 1,7 milhão, seguida pelo YouTube com 544 mil. O Facebook e o X demonstraram um engajamento reduzido, tendo a primeira apenas 109 mil, e apenas 63 mil a segunda. As interações contabilizam curtidas, comentários, compartilhamentos e visualizações de vídeos.

Gráfico 5: Interações por Plataforma – Igualdade Racial



Briga generalizada em partida de futebol sub-20 por suposta ofensa racista

Em um jogo válido pelo campeonato paranaense sub-20, uma suposta ofensa racista de um jogador do Paraná Clube contra um jogador do Londrina gerou uma confusão generalizada entre atletas e comissões técnicas dentro de campo. O jogador Eduardo Ribas teria proferido a palavra “preto” para Matheus Costa do Londrina de forma ofensiva. O primeiro a agredir o jogador do Paraná foi o zagueiro Kadu, que publicou um vídeo em suas redes sociais, após o ocorrido, afirmando que agrediu mesmo Ribas porque ele foi racista com seu companheiro de time e que repetiria a ação em qualquer situação que presenciasse racismo.



[A vitória do Paraná sobre o Londrina por 3 a 1, pelo Campeonato Paranaense sub-20, ficou marcada por um suposto caso de racismo no último sábado. O caso teria acontecido logo após o terceiro gol dos paranistas. Eduardo Ribas, do Paraná, supostamente chamou Matheus Costa, do Londrina, de “preto”. As câmeras mostram o jogador falando algo em direção ao adversário.]

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=vl2nwXedqq0>.

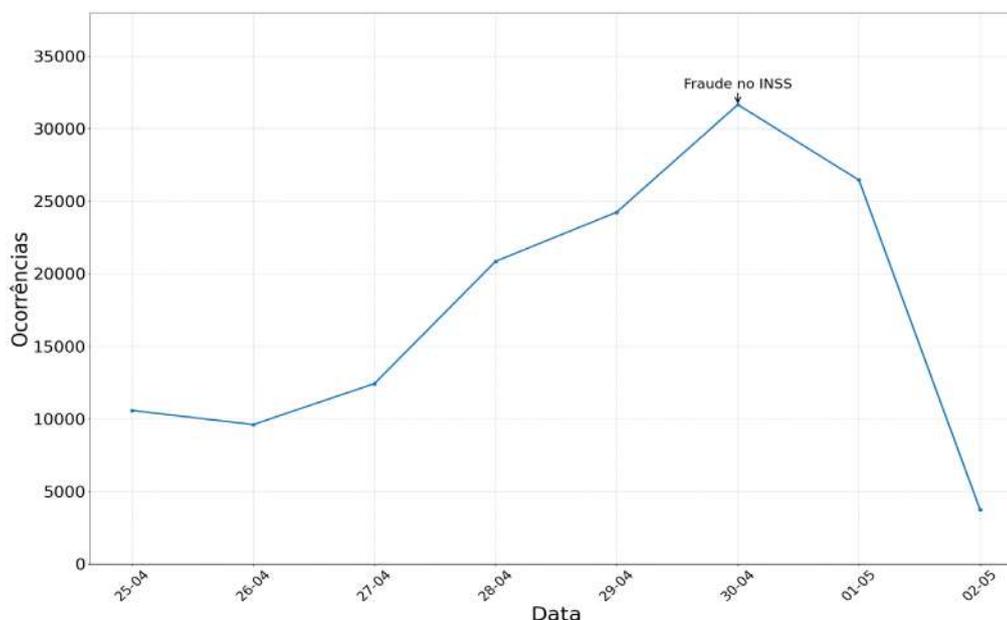
Critérios de Seleção desta Narrativa

- **Engajamento alto ao tema;**
- **Eixo do FDD relacionado: Igualdade Racial.**
- Mais um caso que mostra a grande necessidade de uma agenda e protocolo de combate ao racismo no contexto do futebol profissional atual. Apesar da campanha “cartão vermelho para o racismo” lançado pela CBF, em parceria com a Secretaria de Justiça no DF, há uma demanda de agenda legal e organizada com medidas e possíveis sanções, mas também de educação racial e de direitos difusos para profissionais que atuam no futebol, desde os clubes até equipes de arbitragem e imprensa.

4.2. Tema 2: Políticas públicas

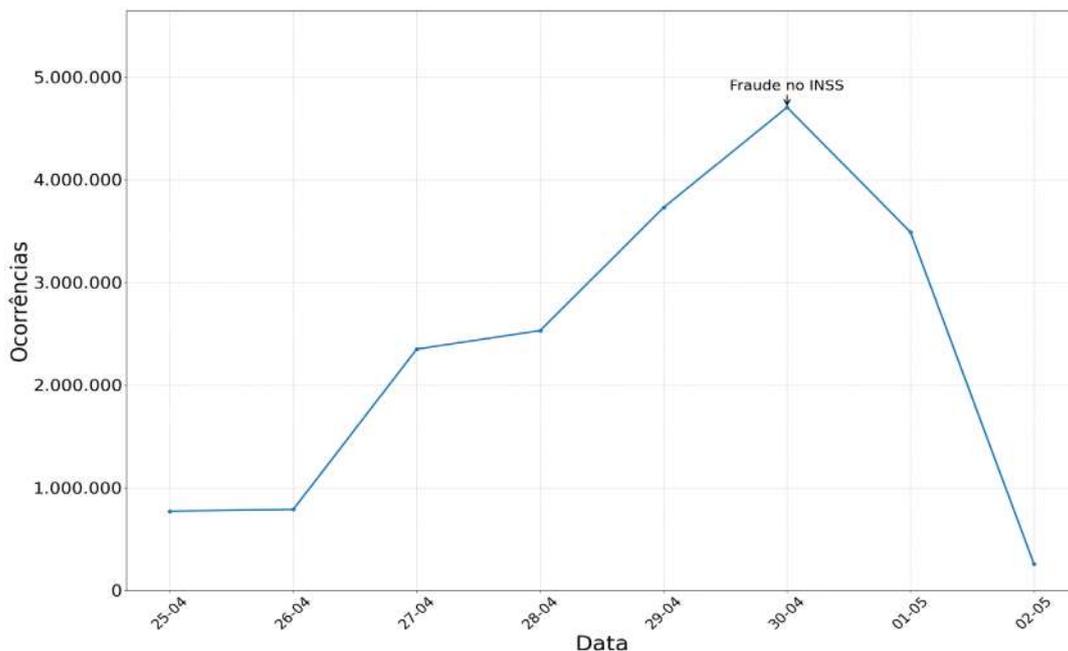
No segmento de políticas públicas, como mostra o Gráfico 6, vários temas geraram picos de ocorrência no decorrer da semana. O total de ocorrências por dia não se limita ao tema identificado como pico, mas abrange todas as menções relacionadas ao eixo analisado. O tema responsável pelo pico é o mais relevante do dia, ou seja, o principal fator que gera a anomalia no volume de postagens. No entanto, outros temas também contribuem para essa soma diária. Em relação às ocorrências, é possível identificar um pico de postagens realizadas em 30/04, relacionadas à Fraude no INSS.

Gráfico 6: Pico de ocorrências no segmento de 'Políticas Públicas'



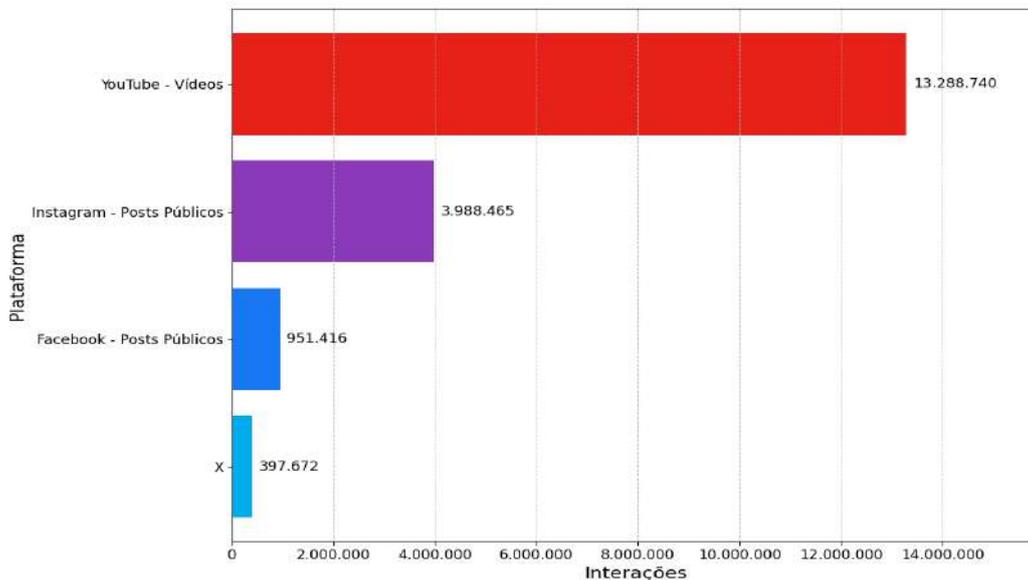
O Gráfico 7 ilustra a dinâmica das interações somadas nas ocorrências de cada dia. É possível depreender que as maiores repercussões estiveram centradas em 30/04, relacionadas à Fraude no INSS.

Gráfico 7: Pico de interações no segmento de ‘Políticas Públicas’



Os assuntos com maior engajamento neste eixo durante as duas semanas analisadas também se concentraram no evento envolvendo corrupção no âmbito do INSS.

Gráfico 8: Interação por Plataforma – Políticas Públicas’



O Gráfico 8 mostra o volume de interações em diferentes plataformas sobre o tema ‘Políticas Públicas’. A rede social YouTube apresenta a maior quantidade de interações, com 13,2 milhões, relacionada ao número de visualizações nos vídeos que citam os temas abordados. Em seguida, consta o Instagram (3,9 milhões). Em menor volume, as redes sociais Facebook e X aparecem em terceiro (951 mil) e quarto lugar (397 mil), respectivamente. Essa análise possibilita demonstrar que a maior quantidade de movimentações sobre os tópicos relativos esteve em vídeos do YouTube.

Fraude no INSS

A investigação “Sem Desconto” da Polícia Federal e da CGU revelou que, desde 2016, quase R\$ 8 bilhões foram deduzidos dos benefícios de aposentados e pensionistas do INSS, em sua maioria, sem autorização, por meio de convênios fraudulentos com associações e sindicatos. Em entrevista a 1.300 beneficiários, 97% disseram não ter consentido os descontos, que se intensificaram em 2023-24 após entidades celebrarem Acordos de Cooperação Técnica sem checar assinaturas ou documentos. A operação cumpriu 211 mandados de busca e apreensão, prendeu 3 suspeitos (3 seguem foragidos) e afastou 6 servidores, incluindo o presidente do INSS. Aproximadamente 4,1 milhões de beneficiários foram afetados, de acordo com o INSS.

O mecanismo fraudulento funcionava por meio de associações de classe que firmavam Acordos de Cooperação Técnica (ACT) com o INSS, cobravam dos beneficiários por “serviços”, como assessoria jurídica, convênios de saúde ou atividades em academias, sem estrutura para oferecê-los e, na maioria dos casos, falsificavam autorizações de desconto na folha ([UOL Economia](#)). Estimativas iniciais da PF apontam que 11 entidades estão formalmente enquadradas no esquema, mas há suspeitas de envolvimento de mais de 20 organizações similares.

A fraude bilionária envolvendo descontos indevidos em benefícios de aposentados e pensionistas do INSS é resultado de um processo gradativo de deterioração institucional, que remonta ao ano de 2018, quando foram identificados os primeiros registros de irregularidades em cobranças associativas, que se intensificaram nos anos seguintes. Entre 2019 e 2022, o número de Acordos de Cooperação Técnica firmados entre o INSS e associações de aposentados aumentou, e a maioria das entidades atualmente sob investigação teve seus convênios estabelecidos nesse período. Desde 2023, os valores descontados cresceram, sinalizando o amadurecimento de esquemas fraudulentos anteriormente plantados. Embora os descontos associativos sejam legalmente previstos, a fragilidade nos mecanismos de controle e a negligência institucional permitiram a proliferação de fraudes sistêmicas. O caso, que agora mobiliza investigações da CGU e da Polícia Federal, evidencia a realização de práticas ilícitas ao longo de diferentes gestões e os desafios históricos da administração previdenciária brasileira no combate à captura por interesses corporativos.

A Operação Sem Desconto é apenas o capítulo mais recente de uma longa sequência de investigações contra fraudes no INSS, que remontam aos anos de 1990. Desde então, dezenas de operações da Polícia Federal e do Ministério Público já desmontaram esquemas como “mortos-vivos” (reativação de benefícios de falecidos, Cuiabá, 2004), “idosos de aluguel” (documentos fictícios para BPC-LOAS, 2025), carimbos médicos falsos (Cubatão, 2006) e mega fraudes regionais (Pará, 2002; Minas, 2007). Só em 2025, foram pelo menos 8 operações que revelaram desde falsificação de atestados até reaberturas indevidas de processos, com prejuízos que chegam a dezenas de milhões de reais.

Culpabilização do Governo Federal

A narrativa de culpabilização do Governo Federal sustenta que o presidente Lula e membros de seu círculo coordenaram ou acobertaram os descontos irregulares no INSS, apresentando Carlos Lupi como conivente e o irmão do presidente como líder de uma das entidades investigadas. Afirma-se ainda que o Planalto teria ignorado alertas da CGU e da Polícia Federal já em 2023-24 para proteger interesses partidários, embora relatórios oficiais descrevam falhas institucionais herdadas de gestões anteriores e um crescimento de convênios suspeitos desde 2019. A

retórica sensacionalista foi identificada em checagens, como o Estadão [Verifica](#), evidenciando uso de gatilhos emocionais sem comprovação direta de decisão presidencial para barrar as investigações. Apesar de a Operação Sem Desconto ter cumprido 211 mandados de busca e apreensão, afastando servidores e suspeitos, alimentando polarização ao atribuir unilateralmente ao Governo Federal um prejuízo de R\$ 6,3 bilhões. Este, por sua vez, cancelou 2,3 milhões de descontos indevidos e iniciou estudos de ressarcimento, contraprova de atuação corretiva e não de encobrimento, sem que essas ações tenham sido suficientes para modificar o viés das discussões até então pautadas nas redes.



URGENTE: Lula é apontado como chefe do escândalo do INSS e Daniela Lima treme de raiva ao vivo!

[URGENTE: Lula é apontado como chefe do escândalo do INSS e Daniela Lima treme de raiva ao vivo!]

Link: youtube.com/watch?v=vRp8aZ6fe6o



Escândalo do INSS: governo Lula sabia da corrupção há meses e não fez nada!

[🤖 Escândalo do INSS: governo Lula sabia da corrupção há meses e não fez nada!]

Link: youtube.com/watch?v=tI0fkd2TaLE

Crítérios de Seleção desta Narrativa

- **Alto engajamento e menções ao tema;**
- **Eixo do FDD relacionado: Patrimônio público e probidade administrativa.**
- A circulação da narrativa de culpabilização do Governo Federal no caso dos descontos indevidos no INSS configura um exemplo de conteúdo enganoso, ao distorcer parcialmente fatos verdadeiros por meio de omissões estratégicas, linguagem alarmista e correlações infundadas. Embora não haja evidência de envolvimento direto da Presidência ou de ações deliberadas para obstruir investigações, a insistência em vincular a presidência a um suposto esquema coordenado de corrupção desinforma ao ignorar dados oficiais e medidas corretivas adotadas pelo Governo Federal. Ao alimentar a polarização e obscurecer os esforços de correção institucional, esta narrativa enfraquece a responsabilização republicana e deteriora o debate público.

“Tudo em família” e nepotismo

A narrativa do “negócio de família” não se limita ao vínculo entre o presidente e seu irmão; ela também evoca a contratação dos serviços do filho do ministro da Justiça, Enrique Lewandowski, pelo Centro de Estudos dos Benefícios dos Aposentados e Pensionistas (Cebap) antes da deflagração da Operação Sem Desconto, sugerindo tese de favorecimento familiar em múltiplas frentes [O GLOBO](#). Essa extensão reforça, ainda que não haja indícios, a interferência direta de Ricardo Lewandowski no caso, ele próprio afirmou, em audiência na Câmara, que o escritório do filho atuou apenas em questões administrativas e sem qualquer relação com o Ministério da Justiça [O GLOBO](#). Ao agrupar as duas dinâmicas de parentesco, a narrativa amplia o sentido de “sistema familiar” e alimenta a percepção de captura institucional, deslocando o debate de falhas de controle para suposições de nepotismo político sem prova direta de concertação entre autoridades e familiares.



Tudo em família - Entidade alvo fraude no INSS contratou filho de Lewandowski

[Tudo em família - Entidade alvo fraude no INSS contratou filho de Lewandowski]

Link: youtube.com/watch?v=tG9YNU6d0iw



INSS FRAUDE DE BILHÕES IRMÃO DO LULA SUSPEITO #inss #lu... #fraude

[INSS FRAUDE DE BILHÕES IRMÃO DO LULA SUSPEITO #inss #lula #fraude]

Link: youtube.com/watch?v=i4GgQsjl_3c

Critérios de Seleção desta Narrativa

- Alto engajamento e menções ao tema;
- Eixo do FDD relacionado: Patrimônio público e probidade administrativa.

- A difusão da narrativa do “negócio de família”, que associa laços parentais de autoridades públicas a uma suposta rede de favorecimento e captura institucional, exemplifica um caso de conteúdo enganoso. A narrativa se apoia em vínculos familiares reais, mas extrapola seu significado ao insinuar nepotismo político sem apresentar evidências concretas de interferência ou beneficiamento indevido. Ao fundir episódios distintos em um enredo único de “sistema familiar”, essa retórica induz a opinião pública a interpretar o funcionamento da administração pública como guiado por interesses privados e familiares, e não por critérios legais e institucionais. Ao transformar conexões circunstanciais em prova de captura do Estado, a desinformação favorece a erosão da credibilidade institucional.

Superdimensionamento dos valores

A desinformação por superdimensionamento dos valores opera inflando injustificadamente o montante de R\$ 6,3 bilhões de descontos indevidos apurados pela Polícia Federal e pela CGU, repercutindo cifras que chegam a dezenas de bilhões de reais sem qualquer amparo em documentos oficiais. Enquanto o valor real do esquema no INSS atinge R\$ 6,3 bilhões e afetou aproximadamente 4,1 milhões de beneficiários, entre 2019 e 2024, narrativas nas redes sociais passaram a reportar “R\$ 44 bilhões roubados da Saúde” como se fizessem parte do mesmo escândalo, [mesclando orçamentos de pastas distintas](#).

Ao misturar esses dados, posts e vídeos sensacionalistas constroem a impressão de um rombo multibilionário unificado, intensificando o choque emocional do público e corroendo a confiança nas instituições [CNN Brasil](#), conforme apontam checagens de agências como a Lupa e o Estadão Verifica [CNN Brasil](#), [Instagram](#). Além disso, a confusão entre orçamentos e distorções contábeis de diferentes ministérios dificulta a compreensão pública dos contornos reais do escândalo, deslocando o foco das falhas de controle no INSS para denúncias improváveis de desvios sistemáticos em outras áreas governamentais [UOL Notícias](#) e [UOL Notícias](#).

A desinformação por exagero inflaciona injustificadamente os R\$ 6,3 bilhões de descontos indevidos, apurados pela PF e pela CGU, para cifras de dezenas de bilhões, misturando orçamentos de outras pastas ou reportando supostos “rombos” que não foram confirmados. O montante real da fraude no INSS é de R\$ 6,3 bilhões, afetando cerca de 4,1 milhões de beneficiários entre 2019 e 2024. Em paralelo, postagens e vídeos difundem a ideia de “R\$ 44 bilhões roubados da Saúde” como se fosse parte do mesmo escândalo, valendo-se de um relatório da CGU que na verdade trata de distorções contábeis em [outra esfera, não de desvio de recursos do INSS](#).



NOVO ESQUEMÃO DESCOBERTO: R\$ 44 BILHÕES ROUBADOS DA SAÚDE! FRAUDE NO INSS É FICHINHA!

[NOVO ESQUEMÃO DESCOBERTO: R\$ 44 BILHÕES ROUBADOS DA SAÚDE! FRAUDE NO INSS É FICHINHA!]

Link: [youtube.com/watch?v=tlek6kadytU](https://www.youtube.com/watch?v=tlek6kadytU)

Critérios de Seleção desta Narrativa

- **Alto engajamento e menções ao tema;**
- **Eixo do FDD relacionado: Patrimônio público e probidade administrativa.**
- A narrativa de superdimensionamento dos valores associados à fraude no INSS caracteriza-se como falso contexto, ao mesclar dados verídicos com números incompatíveis, extraídos de outros escopos orçamentários, para ampliar a percepção de gravidade do escândalo. A apropriação sensacionalista de cifras sem relação direta com o apurado pela CGU e pela Polícia Federal distorce o entendimento público ao colapsar diferentes episódios administrativos em um único e fictício mega desvio.

◇ DADOS UTILIZADOS

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Conjunto de dados - Boletim Baobá 6**. Brasília: IBICT, 2024. Disponível em: <https://index.minerva.ibict.br/dataset/17>.

► GLOSSÁRIO

Desinformação (*Disinformation*): Refere-se especificamente à informação falsa ou enganosa criada e espalhada de forma intencional com o objetivo de enganar ou confundir o público. A desinformação é deliberada e planejada, muitas vezes usada para manipular a opinião pública, influenciar percepções ou atingir objetivos específicos, como desestabilizar um adversário (Wardle e Derakhshan, 2017; TSE, 2022).

Desinformação Acidental (*Misinformation*): Informação incorreta ou enganosa espalhada sem a intenção de causar dano. Diferente da desinformação, a *misinformation* é compartilhada por pessoas que acreditam que estão divulgando fatos verdadeiros, resultando em confusão e mal-entendidos.

Discurso de Ódio ou Discurso Odioso: Toda manifestação pública — explícita ou velada — que expressa, incita ou promove intolerância, preconceito, hostilidade, discriminação ou violência contra indivíduos ou grupos historicamente vulnerabilizados, com base em critérios como raça, etnia, religião, gênero, orientação sexual, nacionalidade, deficiência, entre outros. Essas manifestações têm como objetivo ou efeito inferiorizar, humilhar ou excluir socialmente esses grupos, atentando contra a dignidade da pessoa humana (Costa, 2021; OEA, 2013; Brasil, 2019).

Informação Corrompida ou *Malinformation*: Refere-se a dados ou fatos que foram alterados, distorcidos ou manipulados, podendo ser intencional ou acidental. A informação corrompida pode resultar de erros humanos, falhas técnicas ou má interpretação, além de ações deliberadas. O foco está na imprecisão ou distorção da informação, independentemente da intenção (Wardle e Derakhshan, 2017).

